

# Identification et caractérisation des sites naturels sacrés côtiers et marins en Afrique de l'Ouest

Rapport du la Guinée-Bissau



Foto de Hellio-Veninguen

ABILIO RACHID SAID

LEORNARDO CARDOSO

BUCAR INDJAI

HERRCULANO DA SILVA

NHAGA

**Guiné-Bissau**

Março 2011

## CONTEÚDO

Acronymes .....	5
Remerciements .....	6
Résumé Exécutif [1,5 page].....	7
<i>Partie I: Introduction et Justification</i> .....	9
<i>Partie II: Considérations Pratiques</i> .....	10
2.1 Echantillonnage.....	10
2.2 Localisation géographique et administrative des sites.....	11
2.3 Méthodes et Techniques de Travail.....	12
<i>Partie III: Considérations Générales [3,5 pages]</i> .....	15
3.1 Introdução .....	15
3.2 Cadre Politique/légal et Institutionnel de Conservation des Paysages Côtiers et Marins	15
3.2.1 cadres politique et Stratégique.....	15
3.2.2 cadre institutionnelle – institutions de gestion et de gouvernance formelles	18
3.2.3 Outils légaux et arsenal réglementaire nationaux.....	19
3.2.1 Instruments et processus régionaux.....	21
4.2.1 Instruments et processus.....	22
3.3 Contexte économique national.....	24
3.4. Contexte économique locaux.....	25
3.5. Contexte sociaux et culturels locaux.....	27
3.6. Questions Connexes .....	29
3.6.1. Problèmes/défis liés à la conservation des paysages côtiers/marins et réponses nationales .....	29
3.6.2. Problèmes liés à la conservation des paysages côtiers/marins et réponses locales	30
3.6.3. Approche critique des réponses.....	31
<i>Partie IV: Conservation et Gestion des Sites Naturels Sacrés [8 pages]</i> .....	33

4.1.	Esquisse de Définition du Concept de SNS .....	33
4.2.	Topographies des SNS et Territorialité .....	33
4.3.	Caractéristiques Biophysiques [la base des ressources et le profil des ressources] 36	
4.4.	Caractéristiques Sociales et Culturelles.....	38
4.5.	Caractéristiques Économiques [utilisations et utilisateurs].....	40
4.6.	Les Régimes de Tenure des Espaces et des Ressources .....	40
4.5.	Systèmes Traditionnels de Conservation et de Gestion .....	43
4.6.	Systèmes Formels de Conservation et de Gestion.....	44
Partie V: Implications Spécifiques et Générales [8 pages] .....		45
5.1	Les SNS et la Conservation de la Biodiversité .....	45
5.2.	Les SNS et la Reproduction Sociale et Culturelle .....	46
5.3.	Les SNS, les Moyens de Subsistance et le Marché .....	47
5.4.	Les SNS, les Services Environnementaux et l'Adaptation au Changement Climatique .....	47
5.5.	Le Potentiel des SNS pour le Développement Durable [accès intragénérationnel et intergénérationnel aux ressources, équité, réduction de la pauvreté].....	48
5.6.	Pressions et Menaces des Modes d'Exploitation des Ressources et des Systèmes de Gestion .....	49
5.7.	Recommandations en vue du Renforcement du Statut de Conservation et des Autres Fonctions des SNS .....	50
Partie VI: Les Acteurs Locaux et la Conservation des SNS [3 pages] .....		51
6.1.	Rôle des Communautés Locales dans la Conservation des SNS .....	51
6.2.	La Question de l'Action Collective [règles et normes internes orientées vers des objectifs de conservation] .....	51
6.3.	Rôle des ONGs/Acteurs Associatifs .....	52
6.4.	Analyse des Capacités des Acteurs Locaux pour la Conservation et la Gestion Durable des SNS.....	53
6.5.	Recommandations .....	53
Partie VII : Options Légales, Politiques et Administratives d'Institutionnalisation des SNS [4 pages].....		54

7.1. Revue des Schémas Légaux et Administratifs [statutaires] Existants.....	54
7.2. Positions et Vues Stratégiques des Acteurs [suggestions et propositions des groupes d'acteurs consultés].....	54
7.3. Les SNS et la Question des Droits Communautaires aux Espaces et aux Ressources .....	55
7.4. Identification et Analyse Critique des Options Potentielles de Reconnaissance Statutaire .....	56
7.5. Présentation des Options/Scénarii Préférentiels et Analyse Institutionnelle des Coûts et Bénéfices .....	57
7.6. Les SNS et le Système National des Aires Protégées.....	58
7.8. Les SNS et le RAMPAO .....	59
Partie VIII: Conclusion Générale [1 page] .....	59
Références Bibliographiques .....	61
Annexes :.....	64

## ACRONYMES

INEP	=	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas
SNAP	=	Sistema Nacional de Áreas Protegidas
PRCM	=	Programa Regional Costeiro e Marinho
RAMPAO	=	Rede de Áreas Marinhas Protegidas da África Ocidental
RB	=	Reserva da Biosfera
ENC	=	Estratégia Nacional de Conservação
ONG	=	Organização Não Governamentais
TUFE	=	Tipo de Unidades Familiares de Exploração
PNTC	=	Parque Natural dos Tarrafes do Rio Cacheu
FIBA	=	Fundação Internacional do Banco de Arguin
SNAP	=	Sistema Nacional Áreas Protegidas
PNTC	=	Parque Natural dos Tarrafes do Rio Cacheu
LER	=	Recenseamento Ecológico Rápido
GPS	=	Posição geográfica via satélite
ENC	=	Estratégia Nacional de Conservação
IUCN	=	Uniao Internacioonal para a Conservação da Natureza
UNESCO	=	Programa das Unidas para Ciencia e Cultura
TUFE	=	Tipos de Unidades familiares de exploração
AMP	=	Áreas Marinhas Protegidas
CSRP	=	Comissão Sub-regional para a Pesca
IBAP	=	Instituto da Biodiversidade e Áreas Protegidas
SNS	=	Sítios Naturais Sagrados
CAIA	=	Célula de Avaliação de Impactos Ambientais

## REMERCIEMENTS

Queremos agradecer a todos aqueles que de forma directa ou indirecta contribuíram para a realização deste relatório. Queremos de forma muito particular salientar a contribuição dos anciões (homens e mulheres) da aldeia (“*tabanca*”) de Bijante, na Ilha de Bubaque no Arquipélago dos Bijagós e de Colage no Sector de São Domingos, para que disponibilizaram o seu tempo, conhecimento e informação para que este trabalho fosse uma realidade.

Não poderíamos deixar de agradecer ao consultor principal pelo enquadramento metodológico e orientações para este estudo. A FIBA e em especial a Senhora Charlotte Karibuhoye pela sua disponibilidade e facilidades e por terem acreditado neste trabalho. Agradeço ao Investigador do INEP Senhor Leonardo Cardoso, ao Ecologista Bucar Injai e ao Geógrafo Herculano da Silva pelas respectivas contribuições neste trabalho.

## RÉSUMÉ EXÉCUTIF [1,5 PAGE]

Na zona costeira da Guiné-Bissau os territórios étnicos e em especial os territórios das tabancas e/ou de grupo de tabanca possuem em geral os seus SNS. Este estudo teve como objecto os SNS das tabancas de Colage localizada no Sector de São Domingos e da Tabanca de Bijante do Sector de Bubaque, respectivamente pertencentes a etnia Baiote e Bijagós. Estes têm como função principal a reprodução social e a realização de actividades socioculturais tradicionais. Ligados aos SNS existe um acervo muito importante de conhecimento sobre as formas tradicionais de gestão do espaço e dos recursos e que se estendem a todo o território étnico ou da tabanca e na qual o SNS são o elemento principal. As regras de acesso e uso dos recursos inerentes aos SNS são muito bem respeitados pelas comunidades e são compostas por histórias, mitos, tabus e tradições que são apreendidos por cada indivíduo da comunidade ao longo das diferentes fases da sua vida até chegar a fase de iniciação no SNS.

Os SNS estudados apresentam níveis de conservação mais elevado dos que os espaços a sua volta. Pois são unicamente acessíveis aos iniciados e mesmo em relação a estes exclusivamente para a subsistência e o consumo local. Demonstram igualmente a sua importância pelas suas funções ecológicas e os diferentes serviços de ecossistema que presta as comunidades. Em geral apresentam maior biodiversidade, riqueza paisagística e podem ajudar a combater os efeitos das mudanças climáticas em especial quando se trata da sequestração do carbono ou da protecção da costa nos meios marcadamente insulares. Mas o SNS embora muito bem protegido pelas regras tradicionais são ameaçados por interesses diversos e em geral não são protegidos de forma efectiva pelas leis sectoriais vigentes, sobretudo quando localizados fora das unidades de conservação. Nas unidades de conservação uma vez delimitadas podem ser segundo a lei-quadro das áreas protegidas oficializadas por ordem de serviço da instituição do estado que tutela o ambiente.

O estudo aponta para a necessidade de se conhecer melhor os SNS, as suas características, os tipos existentes, as suas formas de gestão e o seu valor ecológico e económico, de forma a desenvolver mecanismos jurídico-legais e institucionais mais adaptados a sua protecção. Uma lei-quadro específica aos SNS's deverá ser desenvolvida em base participativa e em comum acordo com as populações e as administrativas e as estruturas de conservação e oficializada ao mais alto nível, isto é pelo Governo e pela Assembleia nacional Popular. Uma instituição deverá ser criada para implementar esta lei e promover a conservação destes sítios, sobretudo quando se encontram fora das unidades de conservação. A sua aplicação poderá garantir uma protecção suplementar uma vez que oficialmente reconhecidas as possibilidades de sua alienação, acaparação ou uma exploração descontrolada dos recursos a eles inerentes serão muito reduzidos. Esta formalização poderá ser efectuada incorporando os SNS nas áreas protegidas, considerando-as floresta ou unidades de conservação comunitários ou criando outro tipo de áreas que poderão ser recomendados por estudos a serem realizados, e que se adaptem melhor as suas funções sócias, religiosas e ecológicas.

O reconhecimento formal dos SNS's com valor e funções ecológicas importantes, criará uma rede SNS's que ampliará o SNAP, como aumentará a cobertura espacial e a representatividade dos SNAP's, criando melhores condições através de conectividade no interior e entre essas redes, para uma melhor conservação e protecção da biodiversidade. Essa perspectiva aumentará a importância acordada aos SNS ao nível nacional e sub-regional.

Recomenda-se que a conservação do SNS sejam articulados ao reconhecimento e interesse que desperta ao nível internacional e seja articulados aos objectivos nacionais assumidos na Conferencia de Nagoya de alargamento do Sistema Nacional de Áreas Protegidas e do RAMPAO.

## *PARTIE I: INTRODUCTION ET JUSTIFICATION*

A Guiné-Bissau prioriza a zona costeira na sua estratégia nacional de Conservação. Hoje dispõem no seu SNAP de 6 áreas Marinhas protegidas sendo três costeiros (Parque Natural de Cufada, o Parque Natural dos Tarrafes do Rio Cacheu e o Parque Nacional de Cantanhés) e três insulares (O Parque Nacional de Orango, o Parque marinho de Poilão – João Vieira e o Parque Marinho Comunitário de Urok). Todos os parques insulares localizam-se nas zonas centrais da Reserva da Biosfera Bolama-Bijagós. No processo de criação destas unidades de conservação, a exceção dos da Reserva da Biosfera e do Parque Nacional de Cantanhés, pouca consideração foi dada as Matas e aos Sítios Sagrados mantidos pelas comunidades étnicas locais, o que se traduz em parte na fraca integração do conhecimento e formas de gestão tradicionais e ancestrais do espaço e recursos nas “aproches modernas” de gestão adoptados no SNAP.

As matas sagradas têm grande importância simbólica e social para as comunidades tradicionais étnicas da Guiné-Bissau. Exemplificam não só papel do sagrado na dinâmica de construção dos territórios étnicos e mais especificamente do território das tabancas<sup>1</sup>, as formas como as sociedades tradicionais inter-agem e actuam com a natureza e em especial nos respectivos processos de reprodução social. É considerado igualmente uma forma do reconhecimento e legitimação da propriedade e direitos de uso étnicos e ancestrais sobre os respectivos territórios e em especial dos territórios das tabancas.

É reconhecido que sobre estes territórios e em relação as matas sagradas as sociedades étnicas desenvolveram um acervo de conhecimento muito importante, sobretudo em matéria de conhecimento, gestão de espaço e de recursos. Os valores e as lógicas interligadas e subjacentes a este relacionamento com a natureza e em especial com as florestas sagradas podem servir de exemplo a novos modelos de desenvolvimento e conservação mais conciliantes com a natureza e em especial para a gestão e conservação da biodiversidade. Além do mais a integração destas áreas no SNAP, aumentariam a resiliência das sociedades tradicionais face as diferentes pressões e factores de mudança vindos do exterior, integrariam os aspectos sócio-religiosos e culturais nos sistemas de conservação e contribuiriam para um aumento considerável da superfície do SNAP e respectiva representatividade em diversidade (inclusive sociocultural). Este conhecimento tradicional, apesar da sua importância para a conservação dos recursos da biodiversidade, é no entanto pouco reconhecido e integrado nos sistemas nacionais de conservação e em especial no Sistema Nacional de Áreas Protegidas e na RAMPAO.

Tal como definido no TDR, Este trabalho e/ou estudo enquadra-se na estratégias regional do PRCM para as AMP da África ocidental, mais especificamente para a RAMPAO. Através de dois estudos de caso, respectivamente sobre a Mata de *Eticurite* da Tabanca de Bijante da Ilha de Bubaque na Reserva da Biosfera Bolama-Bijagós e a Mata de Colage, da

---

<sup>1</sup> “Tabancas” nome crioulo dado as aldeias tradicionais.

tabanca com o mesmo nome no sector de São Domingos e no interior do Parque Natural dos Tarrafes do Rio Cacheu, pretende melhorar o conhecimento sobre estas áreas e “... contribuir na valorização do conhecimento tradicional e mais particularmente dos sítios sagrados na conservação dos recursos marinhos e costeiros na eco-região da África Ocidental”. Entretanto pelas suas condicionantes e limitações (sobretudo espacial, temporal e em termos de representatividade étnica) este estudo não pretende de maneira nenhuma ser conclusivo, mas sim pode ser considerado como mais um passo qualitativo na compreensão sobre o papel, as formas, os mecanismos e a eficácia de gestão, o valor ecológico, sociocultural e socioeconómico deste tipo de áreas e o potencial para a sua integração no SNAP da Guiné-Bissau.

## PARTIE II: CONSIDÉRATIONS PRATIQUES

### 2.1 ECHANTILLONNAGE

Tal como definido pelo TDR foram escolhidos dois sítios, a saber, a **Mata de Eticurite** fora de uma unidade de um Parque Marinho, e a **Mata de Colage** localizada no interior do Parque Natural dos Tarrafes de Cacheu.

A **Mata de Eticurite**, foi também escolhida por localizar-se numa zona insular – o Arquipélago dos Bijagós e ser representativo em relação aos vários sítios sagrados já identificados, estudados e registados nesta região e sobre os quais existem várias referências nos trabalhos até então efectuados. Faz parte de um conjunto de áreas sagradas no interior do território da tabanca de Bijante. As condições de insularidade e o conseqüente encravamento das ilhas e a tradição histórica de resistência dos Bijagós pressupõe que as praticas sócio-religiosas e culturais e tradicionais ligadas a estes sítios tenham sido preservados quase que inalterados apesar das pressões actuais e recentes para a “modernidade” e de sectores como o comercio e o turismo e os processos de globalização em curso. Aliás os aspectos sócio-religiosos e culturais estiveram na base de uma resistência muito forte e longa a ocupação colonial e que só terminou nos fins dos anos trinta do século passado com as guerras da Ilha de Canhabaque.

A **Mata de Colage** é exemplo de um sítio sagrado que apesar de localizado no interior de um Parque Natural, foi pouco estudado e conseqüentemente cientificamente pouco conhecido. No entanto, pelo facto de situar-se próximo da costa e no estuário do Rio Cacheu e apesar de localizar-se no continente, contém ambientes similares aos da Mata de Eticurite e cujas formas de uso e gestão é efectuado por etnia cujo território se expande a região da Casamance, o que permitirá efectuar algumas comparações interessantes, não só com os sistemas de uso e gestão do espaço das zonas sagradas do Arquipélago dos Bijagós, como ainda os usos e formas de gestão deste tipo de áreas no Sul do Senegal. Salienta-se que esta mata insere um complexo de sítios sagrados, de superfícies muito pequenas.

Em geral, no território destas tabancas existem várias zonas sagradas sendo as florestas sagradas especialmente reservadas as cerimónias do *fanado* dos homens e das mulheres, e sobre elas existem regras de acesso muito restritas por força dos fins exclusivos a que se encontram reservado que é a realização das cerimónias de iniciação vulgarmente conhecida do crioulo por *fanado*, no crioulo da Guiné-Bissau. No caso da **Mata de Eticurite** marca a passagem do jovem Bijagó pertencente ao grupo etário **Kabaro** para o grupo designado de **Kamabe**, onde goza de mais direitos e regalias sociais, e é a grosso modo, a ultima fase etária antes de ser considerado um ancião na tabanca, isto é um **Kassuca**, e no caso da **Mata de Colage** marca a passagem do jovem Bayote para a fase adulta. Nestas áreas podem igualmente ser realizadas outras cerimonias relacionadas com a vida da *tabanca*.

## 2.2 LOCALISATION GEOGRAPHIQUE ET ADMINISTRATIVE DES SITES

A **Mata de Eticurite** localiza-se no território da tabanca de Bijante, na Ilha de Bubaque (ver **Figura 3** na pag. 14). Faz parte do Sector Administrativo de Bubaque que é um dos quatro sectores que compõem a Região Bolama-Bijagós<sup>2</sup>, nominada Reserva da Biosfera da UNESCO (RB)<sup>3</sup> desde 1996. Na RB esta mata situa-se na zona de transição e/ou de desenvolvimento<sup>4</sup>, zona onde as restrições as acções de desenvolvimento são menores, isto é, onde as directrizes de conservação não atingem os níveis de conservação normalmente estabelecidos nas Unidades de Conservação. As áreas protegidas desta RB, que são Parques Marinhos, encontram-se localizados mais especificamente nas suas zonas centrais. Aliás dado ao nível de fragilidade, qualidade e quantidade de ecossistemas presentes e importância da biodiversidade as zonas centrais desta RB estão a ser progressivamente transformada em Parques Marinhos (Ver Anexo: Figura 1 na pag. 64).

Do território desta Tabanca fazem parte ainda além da tabanca de Bijante, as tabancas de Enem e de Ancadona, que partilham o mesmo território. Este é limitado a Norte pela Vila de Bubaque, o centro principal da ilha com o mesmo nome, e a Oeste e Sudoeste pelos territórios das tabancas de Anhimango e Ancamona e a Este pelo canal de Bubaque. Estas tabancas são maioritariamente ocupadas por uma população pertencente a etnia Bijagós.

A **Mata de Colage** localiza-se no continente, próximo da costa e na parte Sul (a sul da estrada São Domingos – Varela) do Território da tabanca de Colage. Tanto a Tabanca como as zonas sagradas localizam-se nesta parte Sul e que e estão situados no interior do Parque Natural dos Tarrafes do Rio Cacheu (PNTC). Faz parte do sector administrativo de São Domingos, um dos seis (6) Sectores administrativos da região de Cacheu<sup>5</sup>.

---

<sup>2</sup> Os outros sectores administrativos são Bolama, Uno e Caravela-Formosa.

<sup>3</sup> Esta dominação foi considerada no até aqui como um “label” dado a vocação da região para a implementação de um modelo exemplo de desenvolvimento durável. Mas esforços estão a ser efectuados no sentido de incluir este tipo de áreas no SNAP’s, isto tendo em vista a sua classificação como sítio de património natural e cultural mundial.

<sup>4</sup> As outras zonas são: as zonas de tampão e as zonas centrais e/ou de protecção. As primeiras destinam-se a atenuar os impactos que as acções de desenvolvimento podem ter sobre as últimas.

<sup>5</sup> Os outros sectores são: Cacheu, Canchungo, Caió, Bula e Bigene.

A tabanca de Colage é constituída por uma população mono-étnica pertencente ao Grupo Baiote<sup>6</sup> que vive ao longo do território compreendido entre a margem inferior do rio Casamance e a margem superior do rio Cacheu.



FIGURA 1: Elementos da população elaborando a cartografia dos seus respectivos territórios

### 2.3 METHODES ET TECHNIQUES DE TRAVAIL

Selecionadas estas matas sagrada foram então desenhados os procedimentos metodológicos adoptar no estudo. Após uma revisão do TDR foram efectuadas consultas bibliográficas na qual revelaram-se como importantes, entre outros, os estudos feitos no âmbito da criação da Reserva de Biosfera e das Áreas Protegidas, o estudos sobre sítios sagrados, os relatórios de vários estudos realizados por investigadores do INEP, os trabalhos feitos pelos técnicos afectos à Direcção da Planificação Costeira e as Memórias de tese. Igualmente importantes foram os contactos com potenciais informantes e pessoas recursos conhecedores das zonas e das etnias envolvidas no estudo. Desta fase além do conhecimento histórico, etnográfico e sociológico ficaram salientes as explicações da justificação cosmológica e da apropriação do sagrado em relação aos recursos naturais e a sua transgressão para as praticas sociais, ao ordenamento dos espaços do território em função do sagrado e as referências sobre a localização de vários outros sítios sagrados ainda pouco conhecidos como é o caso da mata de Nhacoba, Timate, Caboiana, etc. que demonstra que em termos superfície, representatividade e diversidade este tipo de áreas expressam um valor muito apreciável senão inestimável ao nível da Guiné-Bissau. Salienta-se no entanto que embora conhecidos e respeitados pela população dos respectivos territórios muitos sítios sagrados – a excepção dos da reserva da Biosfera e de Cantanhés - não são muito conhecidos pelos estudiosos e nem reconhecidos pelas autoridades formais do Estado.

Após o estabelecimento do estado do conhecimento ao nível da literatura foram então efectuadas antevistas abertas estruturadas precedidas de perguntas exploratórias e seguidas

<sup>6</sup> Uma Segundo a etnografia colonial portuguesa considerada como uma variante (e/ou um subgrupo) da etnia *Djola*.

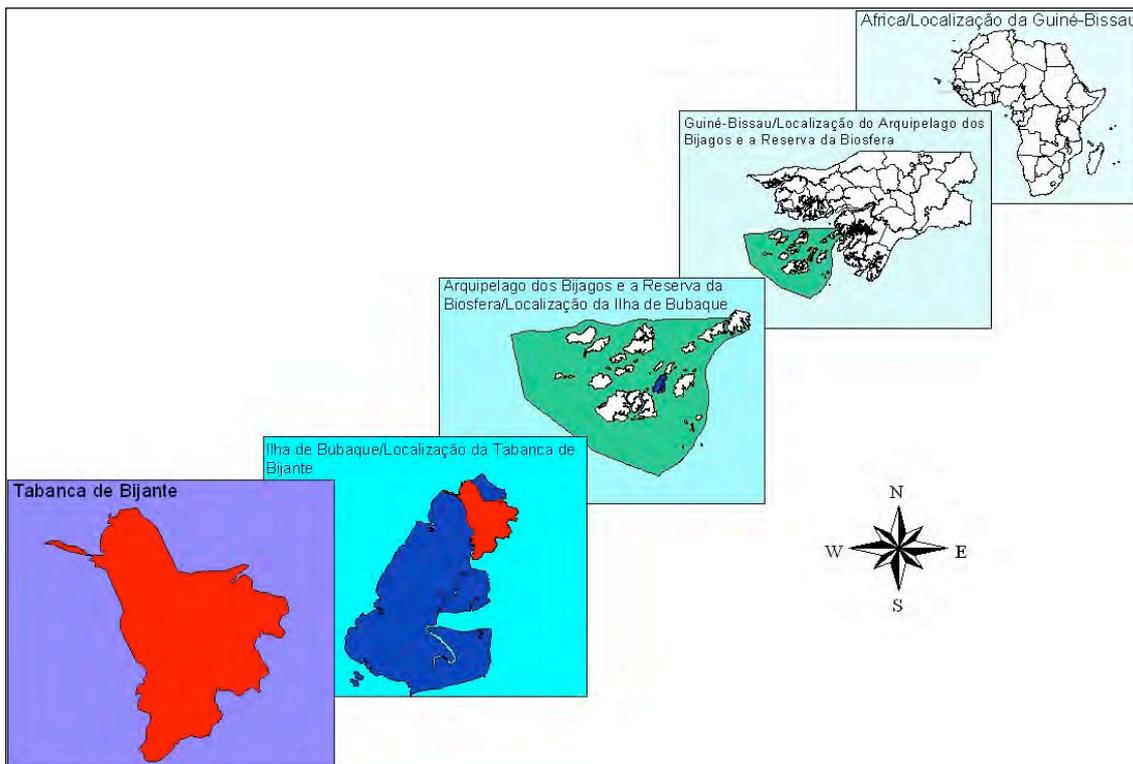
de outros instrumentos de pesquisa participativa<sup>7</sup> sobretudo com grupos focais durante as quais foram igualmente incentivadas discussões entre os interlocutores. A realização destas entrevistas no terreno foram sempre precedidas de uma explicação dos objectivos e as vantagens que poderão ser retiradas do estudo o que nem sempre foi fácil porquanto num primeiro momento, no entender das populações, as entrevistas poderiam conduzir a revelar informações sobre questões por elas tidas como tabus. Ultrapassada esta barreira psicológica, foram organizados diferentes grupos em função do sexo e da idade de modo a que cada um pudesse responder livremente as questões colocadas. Os resultados das entrevistas para cada um dos sítios escolhidos e grupo alvo, foram posteriormente analisados e discutidos os resultados alcançados e que em essência encontram-se valorizados e reproduzidos neste relatório.

Em paralelo foi efectuado um levantamento da flora e fauna através do método de Levantamento Ecológico Rápido (LER), uma metodologia utilizada para obter e aplicar informação biológica e ecológica para tomada eficaz de decisões em matéria de conservação da biodiversidade. Percurso de trajectos pré-estabelecidos permitiram caracterizar a formações vegetais e efectuar o levantamento florísticos através das seguintes etapas: reconhecimento de tipos de vegetação, elaboração de lista de espécies e análise dos resultados. O método permitiu avaliar o valor biológico das áreas em questão de forma rápida e num curto período de tempo e permitiu identificar as principais formas de uso dos recursos identificados.

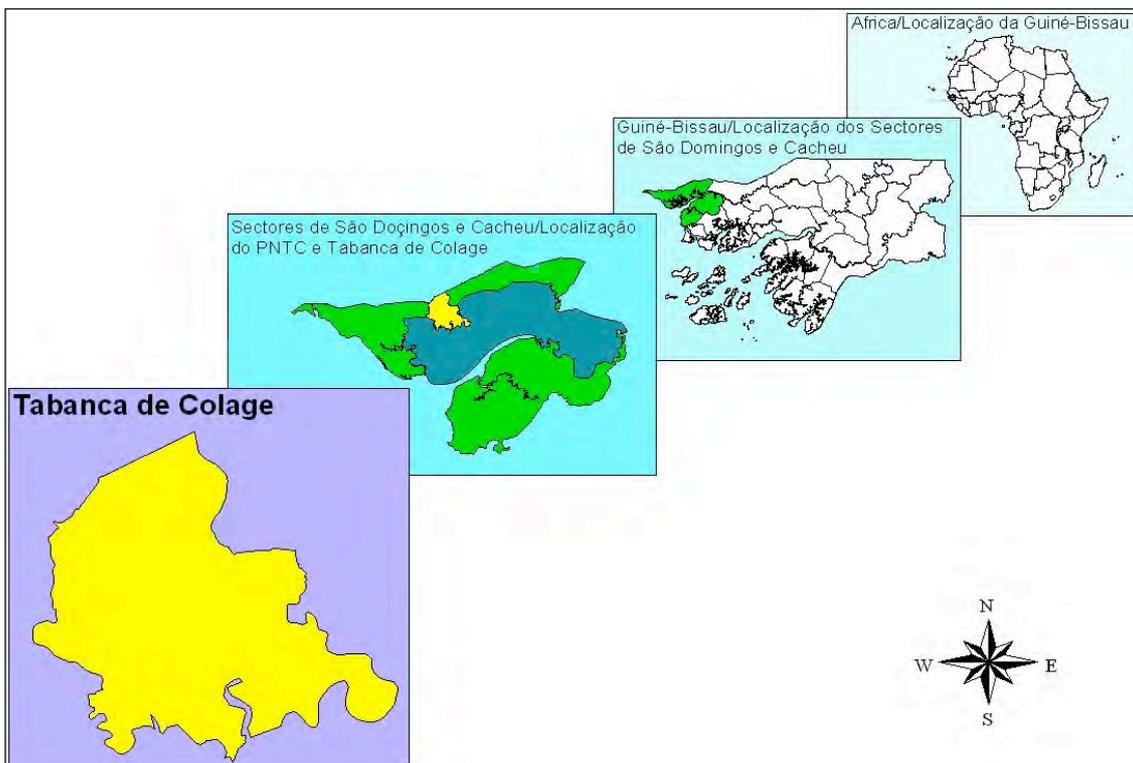
Foi igualmente feito um levantamento topográfico não só do Sítio como de toda a tabanca com a utilização de GPS, o que permitiu localizar as áreas sagradas, os seus limites (sobretudo para o caso de Bijante), o limite da tabanca e das formações vegetais principais existentes na zona.

---

<sup>7</sup> Foram privilegiados os métodos discutidos em especial o guia de colecta de dados e o pacote metodológico apresentados e discutidos durante o seminário de preparação animado pelo consultor principal deste estudo, apesar de se ter verificado algumas limitações na apreensão rápida de alguns deles pelos grupos alvos.



**Figura 3.** Localização do Território da Tabanca de Bijante



**Figura 3.** Localização do território da tabanca de Colage

## PARTIE III: CONSIDERATIONS GENERALES [3,5 PAGES]

### 3.1 INTRODUÇÃO

Apesar de se ter identificado varias áreas de grande valor ecológico e para a conservação no período colonial, um verdadeiro programa de conservação só foi iniciado após a independência mais concretamente nos finais dos anos oitenta, com a adopção da Estratégia Nacional de Conservação (ENC). Para esse efeito contribuiu não só a tomada de consciência sobre os problemas ambientais verificada devido às secas dos anos setenta, como igualmente a criação do Bureau Nacional da UICN em Bissau nos finais dos anos oitenta. A implementação do ENC iniciou-se em 1988 com o apoio do financiamento suíço à implementação do Programa Nacional de Planificação Costeira. Este programa foi estabelecido de como um programa piloto constituído por um conjunto coerente de componentes a saber:

- Projecto para a criação de um Sistema Nacional de Áreas Protegidas;<sup>11</sup> abaixo
- Projecto para a gestão integrada e sustentada da Ria Grande de Buba;
- Projecto para a gestão integrada e sustentada da Região Bolama-Bijagós, como modelo exemplo de desenvolvimento regional com base na figura das Reservas da Biosfera da UNESCO;
- Projecto de comunicação, educação e sensibilização ambiental – Programa Palmeirinha<sup>8</sup>;
- Projecto de criação, incentivos e promoção das ONG's ambientais;
- Projecto de legislação ambiental; e
- Projecto de apoio institucional às instituições de pesquisa.

É a partir deste programa que se iniciou todo o processo que conduziu ao quadro político, às estratégias e institucional do sector ambiental na Guiné-Bissau.

### 3.2 CADRE POLITIQUE/LEGAL ET INSTITUTIONNEL DE CONSERVATION DES PAYSAGES COTIERS ET MARINS

#### 3.2.1 CADRES POLITIQUE ET STRATEGIQUE

O quadro político e estratégico da Zona Costeira é – apesar de carecer de actualização – definido pelo Programa Nacional de Planificação Costeira adoptado em 1992. É no quadro deste programa que foram dados os principais passos para a criação do SNAP's na Guiné-Bissau. Este programa, com base na análise físico-geográficas, biológicas e socioeconómicas definiu

- O zoneamento, na qual foram inseridas e especificadas a sua distribuição espacial, destacando-se neste particular a zonagem ecológica especificando as

---

<sup>8</sup> Actualmente deu lugar a um programa sub-regional de comunicação e educação ambiental.

zonas mais sensíveis, zonagem pesqueira e as Tipologias das Unidades Familiares de Exploração (TUFE's);

- As propostas de desenvolvimento sustentado contêm propostas gerais estruturais para áreas terrestres<sup>9</sup> e marinhas<sup>10</sup>, que são complementadas pelas propostas mais regionalizadas, não só considerando os recursos ambientais e culturais existentes como a situação em relação a sua administração, na qual se prevalece a articulação do acervo tradicional de conhecimento em matéria de uso e gestão de espaços e recursos e as necessidades de um verdadeiro desenvolvimento harmonioso e crescimento da economia e articulação do binómio conservação e desenvolvimento;
- As propostas de um Sistema Nacional de Áreas Protegidas<sup>11</sup> considerando as funções respectivas no ponto de vista ecológica e económica cuja criação é condicionada, entre outros factores, pela confirmação do seus respectivos potenciais ecológicos e um intenso processo de negociação com as populações residentes nas mesmas ou em seus arredores;
- Propostas regionalizadas consideração não somente as principais características sócio-económico-culturais de cada um dos Tipos de Unidades Familiares de Exploração (TUFE's) encontrados na zona costeira, como os programas de desenvolvimento regionais existentes no país;
- Propostas auxiliares para apoiar e direccionar as acções e iniciativas das populações, ONG, estruturas do Governo, no quadro da implementação as propostas estruturais prioritárias e regionalizadas;
- Directrizes de continuidade e normatização sobretudo concentradas em acções de pesquisa para a avaliação do potencial em alguns sectores (energias alternativas, novas tecnologias, potencial pesqueiro, urbanização, etc.) para definir as acções prioritárias para a continuidade do Programa de Planificação Costeira da Guiné-Bissau; para o desenvolvimento do quadro institucional e jurídico-legal e regulamentar para a aplicação de medidas conservacionistas e a

---

<sup>9</sup> Exemplo de propostas para a área terrestre: da elaboração da lei da terra, implantação de uma política agropecuária, Controle da cultura do caju, Prestação de assessoria a população rural para desenvolvimento de uma agricultura integrada, Criação de quatro Parques Nacionais na área costeira ("Tarrafes do Cacheu", "Lagoas de Cufada", "Matas de Cantanhés" e "Ilhas de Orango") e da Reserva da Biosfera do Arquipélago dos Bijagós, Estabelecimento de uma zonação para actuação dos madeireiros, definição de uma faixa mínima de conservação de mangues, A reflorestação, Introdução de processos de carbonização melhorados, Obrigatoriedade de realização de EIAs-RIMAs (Estudos e os respectivos Relatórios de Impactos ao Meio Ambiente) para implantação de grandes projectos, etc.

<sup>10</sup> Exemplo de propostas para a área Marinho-aquática: Melhoria da fiscalização da pesca industrial, Controles rígidos da pesca industrial do camarão, Aumento de incentivos fiscais e financeiros (não ambientais) a empresas de pesca industrial instaladas no país, Revisão dos critérios de concessão de licenças as frotas estrangeiras, Avaliação do estoques de espécies de camarão, Revisão da regulamentação das pescas industrial, semi-industrial e artesanal, Proibição de embarcações com motores acima de 15 HP para actividades pesqueiras nos estuários, rios e a 1,5 milha náutica da linha de nível médio das mares, incluindo canais, Estabelecimento de pequenos centros de abastecimento de material de pesca em "praças" e/ou principais "tabancas" de toda a zona costeira.

<sup>11</sup> Foram propostos para o SNAP: O P.N. dos Tarrafes ("mangues") do "rio" Cacheu, o P.N. das ilhas de Orango, P.N das Lagoas de Cufada, P.N. das Matas de Cantanhés e a Reserva da Biosfera do Arquipélago dos Bijagós.

## Implantações de práticas de desenvolvimento sustentado.

Outras políticas e estratégias de desenvolvimento sectoriais e/ou decorrentes dos compromissos internacionais da Guiné-Bissau mais recentes vieram-se juntar a estas e encontram-se resumidas no quadro seguinte. Em geral estes documentos de estratégias e políticas sectoriais procuraram incorporar componentes ambientais e directrizes para uma gestão integrada da zona costeira.

TABELA 1: Estratégias e planos sectoriais com	
Estratégias e Planos	Objectivos
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Le Document de Stratégie Nationale de Réduction de la Pauvreté (DENARP). 2004 ;</li> <li>- Le Document de Stratégie Nationale de Réduction de la Pauvreté (DENARP). 2011.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- cadre de référence de la politique économique et sociale en vue de placer le pays sur le sentier du développement humain durable ;</li> <li>- L'objectif spécifique du DENARP est la réduction de la pauvreté de moite et attendre les OMD (Objectifs de Développement du Millénaire).</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Lettre de Politiques de Développement Agricole (LPDA), 1993<sup>12</sup> ;</li> <li>- Le Programme National d'Investissement à Moyen Terme (PNIMT), 2004 ;</li> <li>- Programme National de Sécurité Alimentaire (PNSA). 2004 ;</li> <li>- Programme national D'investissement agricole (PNIA) - Novembre 2010.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- satisfaire la demande alimentaire et les besoins nutritionnels en prenant en compte l'accroissement de ceux-ci qui serait, selon les prévisions relatives à l'accroissement démographique et aux changements de structure de la population.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Esquema Director do Sector de Agua e Saneamento. Versão Actualizada 1997;</li> <li>- Programa de Reforma para Água e Electricidade (Março 2010);</li> <li>- Esquema Director de Saneamento (a elaborar em 2011)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Ordenar a exploração e favorecer o acesso a água;</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Segunda comunicação nacional /mudanças climáticas. 2011</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Definir e implementar as acções prioritárias aqui identificadas, a fim de dar resposta às suas necessidades e às suas preocupações em matéria de adaptação aos efeitos negativos destas mudanças.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>- <b>PLANO NACIONAL DE GESTÃO AMBIENTAL. 2003.</b></li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Proposições do quadro institucional e de programas, projectos e acções destinadas à conservação e a gestão do ambiente;</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Plan de suivi des forets et mangroves de Guinée-Bissau. 2008.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- faire un état de la situation et de définir les conditions et les modalités de réalisation des observations qui permettront à l'IBAP de faire un suivi régulier des forêts et mangroves de Guinée-Bissau, afin de détecter toute situation inquiétante ou nécessitant une intervention</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Action Plan for the Conservation of Marine Turtles in Guinea-Bissau. 2008</li> <li>- Plano de Acção para a Conservação das Tartarugas Marinhas na Guiné-Bissau. 2008</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- identifies strategic guidelines for the conservation of sea turtles in Guinea-Bissau</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Estratégia Nacional para as Áreas Protegidas e a Conservação da Biodiversidade na Guiné-Bissau 2007 – 2011. 2007</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Gerir as áreas protegidas e os recursos estratégicos da biodiversidade, valorizando os conhecimentos científicos e os saberes tradicionais, favorecendo a participação e as sinergias, ao nível local, nacional e internacional</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Plano de acção nacional para a conservação das populações De chimpanzés, cólobos vermelhos ocidentais e cólobos brancos e pretos ocidentais na república da Guiné-Bissau. 2007</li> </ul>	<p>Os objectivos:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Acabar com o eminente risco de extinção das populações e comunidades grandes primatas;</li> <li>- Salvaguardar e proteger estas espécies e os seus habitats (exemplos: acabar com as ameaças que também ameaçam outras espécies que também vivem no mesmo território)</li> </ul>

		trabalhando em conjunto com o objectivo de alcançar um “acordo” entre humanos e não humanos que seja sustentável e que traga benefícios para ambos humanos e não humanos; - Contribuir para o estabelecimento de uma cooperação aberta e honesta entre todas as partes envolvidas na gestão dos recursos que se encontram dentro dos ecossistemas.
Plano Estratégico 2011-2015 para o sector das pescas. 2009.		- Alcançar uma exploração económica e ambientalmente sustentável dos recursos marinhos que contribua de forma crescente para o desenvolvimento da economia e do bem-estar nacionais.
Carta Política Sector Educativo 2010-2010; Plano Trienal para o Desenvolvimento do Sector de Educação 2011-2013 (Junho 2010).		- Efectivar a escolarização de base universal em 2020 e de inscrever, desta forma, o país no processo da redução da pobreza e do desenvolvimento económico e social durável.
2º Plano Nacional de Desenvolvimento Sanitário – PND 2011-2017 <sup>13</sup> ;		- "Assegurar à nossa população os serviços de saúde de base de qualidade, fornecendo cuidados materno-infantis, curativos, preventivos e promocionais - A promoção da participação comunitária e da medicina tradicional.
<a href="#">Carta de política sectorial sobre o aprovisionamento das diferentes formas de energia</a>		- Aumentar a capacidade de produzir e disponibilizar a energia em quantidade e qualidade suficientes para os sectores socioeconómicos e produtivos, incluindo os sectores da indústria, da agricultura, da mineração, da pecuária, das pescas, da educação, da saúde e o sector doméstico.
Política Nacional do Género <sup>14</sup> .		
- Document de politique forestière - Version finale. MDRA. 2010. - MDRA. Estratégia de intervenção da DGFF para os próximos cinco anos (2010 – 2014). 2010		révision/formulation d'une politique forestière devant aider le Gouvernement de la Guinée Bissau à assurer une gestion rationnelle et durable de la ressource forestière du pays versus gestion communautaire des ressources naturelles et proposer un plan d'action à court terme

### 3.2.2 CADRE INSTITUTIONNELLE – INSTITUTIONS DE GESTION ET DE GOUVERNANCE FORMELLES

O quadro institucional tem registado progressos e recuos devido acompanhando a grande instabilidade politico-governativa vividos pela Guiné-Bissau nos últimos 20 anos. Salienta-se no entanto que a par do Gabinete de Planificação Costeiras surgiram outras estruturas de Estado com relevância no domínio do ambiente e da conservação. Este é o caso por exemplo:

- a. Da Secretaria de Estado do Ambiente e Desenvolvimento Durável SEDD<sup>15</sup>, cujo objectivo e vocação é o de definir as políticas e as estratégias do Governo em matéria de ambiente e conservação. É a entidade encarregue de albergar as convenções em matéria de ambiente;
- b. Do Instituto da Biodiversidade e Áreas Protegidas, tutelada pelo SEDD que para além da conservação da biodiversidade é a estrutura que gere o Sistema Nacional de Áreas Protegidas. É uma instituição autónoma no ponto de vista jurídico, administrativo e patrimonial. Através dela encontra-se em curso a

<sup>13</sup> Aprovado em Maio de 2010

<sup>14</sup> Em preparação.

<sup>15</sup> Anteriormente era tutelado pelo directamente pelo Ministro de Desenvolvimento Rural e Agricultura e no quadro da actual reforma da orgânica do Governo passou a ser tutelado pela SEDD.

criação da Fundação Bio-guiné, que deverá gerir futuramente um fundo fiduciário destinado de forma durável a financiar as acções de conservação da biodiversidade e as áreas protegidas da Guiné-Bissau;

- c. A Célula de Avaliação e Estudos de Impacto Ambiental – CAIA<sup>16</sup>, é tutelada pelo SEDDD e é a estrutura responsável pela avaliação e certificação dos estudos de impacto ambiental. Para esse efeito uma legislação foi recentemente

São estes pois, as principais instituições nacionais vocacionadas para a conservação e que actualmente ocupam-se dos problemas ambientais, da gestão do Sistema Nacional de Áreas protegidas, do desenvolvimento da pesquisa científica e elaboração das políticas, estratégias do governo em matéria do Ambiente e da coordenação da sua implementação. Sendo o ambiente uma matéria de âmbito muito transversal outras instituições nacionais participam no processo, tal como as estruturas representativas dos utilizadores e exploradores privados, instituições de investigação, estruturas tradicionais de poder, administração local, etc.

TABELA 2: Instituições ligadas ao ambiente	
Instituições	Objectivos
Secretaria do Estado do Ambiente	Definição da política e estratégia do Governo em matéria de ambiente.
Direcção Geral de Florestas e Caças	Definição da política e estratégia do Governo em matéria de recursos florestais e da fauna.
Instituto da Biodiversidade e Áreas Protegidas	Gestão da biodiversidade e do sistema nacional de áreas protegidas.
Célula de Avaliação de Impactos Ambientais	Vela pela aplicação da lei de avaliação dos impactos ambientais.
Gabinete de Planificação Costeira	Encarregue de efectuar o seguimento e a avaliação da aplicação do programa nacional de gestão da zona costeira.
Centro de Estudos Ambientais e Tecnologia Apropriada do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas – CEATA-INEP	Em colaboração com outras instituições ambientais efectua estudos e programas de seguimento no domínio do ambiente.

### 3.2.3 OUTILS LEGAUX ET ARSENAL REGLEMENTAIRE NATIONAUX

Quadro seguinte dá uma ideia geral do quadro jurídico ligado ao sector ambiental. Mais especificamente ligado ao sector ambiental, três leis-quadros são de extrema importância:

- 1º. A lei da terra, na qual é reconhecido a propriedade tradicional sobre a terra;
- 2º. A Lei-quadro das áreas protegidas, na qual é estabelecido o processo de oficialização das áreas sagradas; e

<sup>16</sup> Anteriormente era tutelada pelo Primeiro-Ministro e na actual reforma da orgânica do Governo passou sob a tutela do SEDDD.

3º. a lei-florestal que reconhece o direito as “tabancas” de criarem as florestas comunitárias;

Estas leis carecem no entanto de regulamentação para definir os procedimentos mais específicos para o tratamento dos objectos a que se referem.

TABELA 3: Leis relacionadas com o ambiente	
Leis	Objectivos
- Lei da Terra, 1998	- Estabelece o quadro geral de acesso a terra.
- Decreto de criação do Instituto da Biodiversidade e das Áreas Protegidas (IBAP) e dos estatutos. 2003	- Criação de uma instituição vocacionada para a gestão da biodiversidade e áreas protegidas.
- Décret no 7/98 de la 23/03/1998 portante création d’un Centre de Recherche Appliquée sur la Pêche (CIPA)	- Criação de uma instituição vocacionada para a pesquisa dos recursos biológicos ligados ao mar;
- Lei de bases do ambiente. 2011	- Estabelece as bases da organização, da política e seus instrumentos e dos princípios do ambiente.
- Projecto da lei florestal. 2003 - Regulamento de taxaço florestal. 2001 - Anteprojecto de estatuto Orgânico da DGFF. 2009; - Anteprojecto do estatuto orgânico de guardas florestais. 2009; - Anteprojecto da lei florestal. 2009. - Anteprojecto de Regulamento florestal. 2009. - Anteprojecto do regulamento de taxaço de recursos florestais. 2009. - Anteprojecto da lei da fauna e da caça. 2009; - Anteprojecto do regulamento da caça. 2009 - Lei da caça. 2001 ; - Regulamento da caça. 2002 - Lei da fauna <sup>17</sup>	Visa, de acordo com as orientações da política florestal nacional: a) Promover a gestão racional e durável dos recursos que integram o domínio florestal; b) Optimizar a sua contribuição para o desenvolvimento económico, social e científico e para a protecção do ambiente; c) Melhorar a qualidade de vida do povo. Estabelece as bases para a protecção, fomento e exploração da fauna selvagem
- Lei-quadro das áreas protegidas. 2008.	- Aplica-se a toda e qualquer parcela do território nacional classificada como uma área protegida e visa, designadamente, salvaguardar os ecossistemas, as populações animais e vegetais que nela abrigam a sua diversidade biológica bem como promover o seu desenvolvimento durável.
- Lei no 2/85 du 17/05/1985 Delimita o mar territorial da Republica da Guiné – Bissau - Lei no 3/85 du 17/05/1985 fixa as fronteiras marítimas entre a Republica da Guiné - Bissau e a Republica da Guiné	- Defini os limites do espaço marítimo do território da Guiné-Bissau.
- Décret - Loi no 6-A/2000 du 22 août 2000 sur les Ressources de la Pêche ; - le Droit de Pêche dans les eaux maritimes de la Guinée – Bissau ; - Décret no 10/86 du 26 avril 1986 portant sur le règlement de la loi générale sur la pêche ; - Décret no 4/96 du 02/9/1996, établissant les principes généraux de la politique de gestion des ressources halieutiques ; - Decreto de 22/0 1/1 997 Regulamento da pesca artesanal; - Décret des 22/0 1/1997 portant réglemmentations de la pêche artisanale; - Arrêté conjoint du 05/01/1996 relatif à la réduction des taxes portuaires en faveur des navires de pêche et d’appui logistique accostant au port de Bissau ; - Arrêté no 06/99 du 22/06/1999 fixant les conditions relatives aux licences de pêche artisanale ; - Arrêté interministériel no 01/2001 du 19 janvier 2001 fixant les conditions relatives aux licences des navires de pêche industrielle ;	- No seu conjunto estabelecem o quadro político, as estratégias e os mecanismos de acesso aos recursos pesqueiros no espaço marítimo da Guiné-Bissau e fixam os parâmetros de qualidade para as exportações dos produtos do mar,

<ul style="list-style-type: none"> <li>- Loi no 6/2000 du 14 août 2000 sur l'inspection et le contrôle de la qualité des produits de la pêche</li> </ul>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Lei no 9/96 promulgue la 02/06/1997 portant réglementation de la Commission de Surveillance maritime ;</li> <li>- Décret no 10/96 du 30/09/1996 fixant les taux de répartition des amendes ;</li> <li>- et des produits des confiscations au titre des infractions aux règles prescrites par le Décret - Loi no 4/94 du 02/08/1994 ;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Determina e estabelece os mecanismos de actuação da estrutura de fiscalização das nossas aguas, inclusive na nossa ZEE.</li> </ul>

Salienta-se que alguns dos instrumentos legais e regulamentares a exemplo da Lei-quadro permitiu a criação do actual Sistema Nacional de Áreas Protegidas, a criação da Reserva de Biosfera do Arquipélago de Bolama/Bijagós (RBABB) posteriormente reconhecida pela UNESCO em 1996.

Em conjunto estes diplomas visam a preservação, conservação e salvaguarda dos ecossistemas e das populações animais e vegetais e ao mesmo tempo promover a utilização social e económica sustentável dos recursos e a pesquisa científica.

### 3.2.1 INSTRUMENTS ET PROCESSUS REGIONAUX

Os instrumentos e processos regionais no domínio da conservação da paisagem costeira apareceram mais tarde em relação as iniciativas nacionais<sup>18</sup>. Aliás as iniciativas sub-regionais tiveram uma evolução muito sectorial e baseados em determinados recursos e/ou problemáticas, a exemplo das pescas e o aparecimento da Comissão Sub-regional das Pescas – CSRP. A CSRP, cuja intervenção beneficia de apoio de inúmeras organizações internacionais, definiu no seu Plano Estratégico de Acção para 2002-10 os objectivos seguintes para a região:

- A promoção e implementação de políticas coordenadas e harmonizadas de regulação do acesso e de atribuição de direitos de pesca;
- A facilitação e promoção de uma gestão sustentável de pescarias de interesse comum; e
- A promoção da conservação e protecção dos recursos pesqueiros e dos ecossistemas marinhos e costeiros.

Uma visão mais integrada de gestão da zona costeira e dos seus recursos apareceu com as estratégias implementada pelo Programa Regional Costeiro e Marinho, PRCM, criada pela conjugação dos esforços de ONG's Internacionais de Conservação (UICN, FIBA, WWF), sete Estados concernentes da Sub-região (Cabo Verde, Mauritânia, Senegal, Gâmbia, Guiné-Bissau, Republica da Guiné e Serra Leoa) e algumas instituições sub-regionais (CSRP) e nacionais. Apoiando-se nos programas nacionais, o PRCM implementou e implementa diferentes componentes, do seu programa salientando-se:

<sup>18</sup> Salienta-se que vários países da sub-região desenvolveram iniciativas de gestão integrada da zona costeira embora diferenciados só no nome: Observatório da Guiné Marítima na Republica da Guiné; Observatório do Litoral Mauritaniano; Programa de Planificação Costeira na Guiné-Bissau, etc.

- Apoio a criação e a co-gestão das AMP's ;
- Conservação e gestão de habitats e espécies;
- Ecoturismo nas AMP's;
- O "Bilan prospectif" a componente pesquisa da Zona costeira ;
- Comunicação;
- Os Hidrocarbonetos (PRCM, 2004).

Através deste programa desenvolve-se e implementa-se uma Estratégia Regional para as Áreas marinhas Protegidas que desemboca na criação da Rede de Áreas Marinhas Protegidas da África Ocidental cujo impulso ao desenvolvimento de um sistema sub-regional de AMP representativo, conectado (em termos ecológicos) e com diferentes programas integrado. Através deste programa tem lugar um reforço contínuo das capacidades das AMP, melhora-se a gestão dos recursos, impulsiona-se a pesquisa científica e criam-se as condições para o desenvolvimento durável.

Segundo fontes do IBAP (2007), *o Governo da Guiné-Bissau assinou em Março de 2003, uma declaração de política geral que apoia a Estratégia Regional das Áreas Protegidas Marinhas preparada no âmbito da iniciativa do Programa regional de Conservação Marinha (PRCM). A Guiné-Bissau participa activamente no desenvolvimento da Rede regional das Áreas Protegidas Marinhas (RAMPAO) e no desenvolvimento do PRCM no seu todo.*

Actualmente ganha forças algumas directivas e acções de harmonização sectorial desenvolvidas no quadro da CEDEAO. As directivas devem ter o seu enquadramento na legislação nacional. Queremos salientar os exemplos seguintes pela pertinência que têm em relação ao nosso objecto de estudo:

- Réunion des Directeurs des Forêts et de la Faune pour l'Adoption du Document relatif au Dialogue Forestier en Afrique de l'ouest. Cotonou, 8-10 Juin, 2010.
- projet de relative a décision de la mise en œuvre du programme régional de biosécurité en Afrique de l'ouest (PRBAO), (2006/cm/UEMOA) ;
- avant projet de décision relative a la mise en œuvre d'un programme régional de lutte contre l'érosion côtière (PRLEC) au sein de l'UEMOA, (2007/cm/UEMOA)
- l'avant projet d'acte additionnel portant adoption de la politique commune d'amélioration de l'environnement de l'UEMOA
- UEMOA. Grandes Orientation de la politique commune d'amélioration de l'environnement (PCAE) Vol 1 & Vol 2– Rapport définitif. Hylea International-Polygone. 2006

#### 4.2.1 INSTRUMENTS ET PROCESSUS

As políticas e as estratégias nacionais têm sido reforçadas por estratégias e acções decorrentes das diferentes convenções de que a Guiné-Bissau é estado membro, e que se encontram resumidas na tabela seguinte. A assinatura destas convenções e tratados não

permitem alcançar um certo nível de protecção sobretudo em relação aos recursos partilhados e uma certa partilha de responsabilidades em relação as causas que podem estar na origem da sua degradação.

TABELA 4: Convenções internacionais assinadas pela Guiné-Bissau		
Convenções	Data de ratificação	Observações
<b>Convenção de Abijan Protocolo sobre a cooperação no combate das fontes terrestre da poluição</b>		Convenção para a cooperação em matéria de protecção e desenvolvimento do meio marítimo e litoral da região da África ocidental e central e protocolo (1981)
<b>The Ramsar Convention on Wetlands - Ramsar Convention</b>	1990	the fundamental ecological functions of wetlands as regulators of water regimes and as habitats supporting a characteristic flora and fauna, especially waterfowl;
<b>Rotterdam Convention</b>	2008	To promote shared responsibility and cooperative efforts among Parties in the international trade of certain hazardous chemicals in order to protect human health and the environment from potential harm; To contribute to the environmentally sound use of those hazardous chemicals, by facilitating information exchange about their characteristics, by providing for a national decision-making process on their import and export and by disseminating these decisions to Parties
<b>Stockholm Convention</b>	2008	Is a global treaty to protect human health and the environment from chemicals that remain intact in the environment for long periods, become widely distributed geographically, accumulate in the fatty tissue of humans and wildlife, and have adverse effects to human health or to the environment.
<b>United Nations Convention to Combat Desertification UNCCD</b>	1996	take appropriate action in combating desertification and mitigating the effects of drought for the benefit of present and future generations,
<b>World Heritage Convention</b>	2006	Convention Concerning the Protection of the World Cultural and Natural Heritage
<b>Convenção da Biodiversidade, CBD</b>	1995	Conceived as a practical tool for translating the principles of Agenda 21 into reality, the Convention recognizes that biological diversity is about more than plants, animals and micro organisms and their ecosystems – it is about people and our need for food security, medicines, fresh air and water, shelter, and a clean and healthy environment in which to live
<b>Vienna Convention</b>	2002	for the Protection of the Ozone Layer
<b>The Montreal Protocol on Substances that Deplete the Ozone Layer - Montreal Protocol</b>	2002	
<b>International Treaty on Plant Genetic Resources Plant Treaty</b>	2006	The International Treaty on Plant Genetic Resources for Food and Agriculture is crucial in the fight against hunger and poverty and essential for the achievement of Millennium Development Goals 1 and 7. No country is self-

		sufficient in plant genetic resources; all depend on genetic diversity in crops from other countries and regions.
<b>Convention on the Conservation of Migratory Species of Wild Animals - CMS</b>	1995	Conservation of Migratory Species of Wild Animals
<b>Convention on International Trade in Endangered Species of Wild Fauna and Flora, CITES</b>	1990	Its aim is to ensure that international trade in specimens of wild animals and plants does not threaten their survival.
<b>Basel Convention</b>	2005	Basel Convention on the Control of Transboundary Movements of Hazardous Wastes and Their Disposal
<b>Kyoto Protocol</b>	2005	The major feature of the Kyoto Protocol is that it sets binding targets for 37 industrialized countries and the European community for reducing greenhouse gas (GHG) emissions
<b>Cartagena Protocol</b>	2010	The Cartagena Protocol on Biosafety to the Convention on Biological Diversity is an international agreement which aims to ensure the safe handling, transport and use of living modified organisms (LMOs) resulting from modern biotechnology that may have adverse effects on biological diversity, taking also into account risks to human health.
<b>United Nations Framework Convention on Climate Change UNFCCC</b>	1996	
<b>The Nagoya Protocol</b>	Nao	The Nagoya Protocol on Access to Genetic Resources and the Fair and Equitable Sharing of Benefits Arising from their Utilization to the Convention on Biological
<b>Agreement on the Conservation of African-Eurasian Migratory Waterbirds (AEWA)</b>	2006	

### 3.3 CONTEXTE ECONOMIQUE NATIONAL

A Guiné-Bissau com pouco mais de 1.400.000 habitantes e uma superfície de 36.125 km<sup>2</sup>, define-se do ponto de vista do desenvolvimento social e económico como um país de baixo rendimento, até alguns meses atrás altamente endividado com mais de dois terços da população a viver no limiar da pobreza.

A Guiné-Bissau é um país agrário e em consequência a sua da economia depende em grande parte da agricultura que é responsável por 50 % do PIB, 82 % do emprego da população activa e 80 % das exportações (DENARP II, 2010). O PIB *per capita* é de cerca de 230 USD, apresentando, nos últimos anos, uma taxa de crescimento anual a volta dos 3,0 %. A agricultura é ainda muito extensiva, com aplicação de técnicas arcaicas e rudimentares e muito dependente da pluviometria. A agricultura com as fileiras do arroz, cereais secos, amendoim, a criação do gado, o caju e a produção madeireira, as pescas constituem o essencial da economia.

Nos últimos dez 20 anos a Guiné-Bissau tem-se situado entre os cinco (5) primeiros produtores e exportadores de castanha de caju não transformada. Apesar da exportação do caju, madeira, produtos de pesca, etc. tem uma balança de pagamento muito deficitária.

O potencial da produção pesqueira do país, é considerável, e as receitas provenientes deste sector tem contribuído em cerca de 40 % para o orçamento Geral do Estado, principalmente

através da concessão de licenças e dos fundos de compensação das pescas da União Europeia. Para as populações costeiras a pesca artesanal e a colecta de moluscos e crustáceos tem constituído a fonte principal de proteínas.

O desenvolvimento dos outros sectores como o da indústria, turismo, mineiro, etc. são ainda muito incipientes. Existem algumas unidades de transformação da castanha de caju, pescado e madeira todavia pouco expressivas do ponto de vista da contribuição para o PIB.

O país vive basicamente dos recursos e serviços produzidos pelos ecossistemas naturais, salientando-se neste caso, pelo facto da Guiné-Bissau ser um país agrário, o solo e a reprodução da sua fertilidade. A população rural vive na dependência dos produtos que extrai da natureza, e em consequência do crescimento demográfico, sobretudo na zona costeira, tem originado um crescente aumento de pressão sobre os recursos e as terras.

### 3.4. CONTEXTE ÉCONOMIQUE LOCAUX

A economia local é um pouco diferenciada nos dois sítios escolhidos.

A zona de **Colage** a agricultura sobre solos de Mangal com construção de diques é predominante, e só pontualmente devido a deterioração do clima é substituído pelas aproveitamento das “lalas” e/ou do “pam-pam” igualmente para a produção do arroz que é a base alimentar das populações costeiras da Guiné-Bissau. Segundo a população há a registar uma diminuição progressiva da produção que poderá estar muito ligada a deterioração do clima.

A agricultura é combinada a exploração do palmar, e em especial a colecta do vinho de palma e do chabeu para a produção do óleo de palma que é efectuada de forma muito regular na estação seca, a colecta de ostras. Aliás a produção do arroz, a exploração da palmeira e a colecta de ostras são muito essenciais para a sua subsistência. Dedicam-se igualmente ao cultivo do feijão, mandioca e diferentes tipos de milhos e a criação de animais. Existe um potencial para a pesca, dado a proximidade do Rio Cacheu, que é no entanto efectuada de forma muito aleatório e sobretudo para a subsistência. As mulheres dedicam-se a olaria, actividade a partir do qual produzem diferentes objectos de barro que comercializam nos mercados semanais locais (“lumos”). Todo este território situado a Norte do Rio Cacheu tem relações comerciais e sociais muito intensas com a Casamance, região Sul do Senegal.

Predomina a economia familiar, e o sistema de propriedade fundiário é assente na propriedade da família, enquanto os recursos considerados comuns como as florestas, o mar, são considerados como propriedade comum e livres no ponto de vista do acesso desde que localizados no território da tabanca. A exploração é efectuada de acordo com as necessidades da família ou do indivíduo existindo no entanto regras de acesso, que em determinadas zonas e /ou para determinados recursos são mais restritivos. Os recursos florestais existentes na *mata de Culadji* apresentam alguma variedade de espécies que por exemplo não podem ser explorados pela comunidade uma vez que existem regras de acesso. Esta restrição imposta pelas regras da tradição, faz dela essas espécies nela existentes gozem de uma relativa protecção. Este é igualmente o caso das ostras, pois que a exploração é efectuada segundo uma zonagem, na qual zonas são interditas a exploração durante períodos muito longos. Aliás é completamente interdita a exploração das ostras durante a estação chuvosa.

A entreaajuda sobretudo entre os grupos de jovens rapazes e raparigas é uma constante nas actividades produtivas muito exigentes em mão-de-obra, como é o caso de algumas operações agrícolas no quadro do cultivo das bolanhas de mangal.

Dado a queda de produtividade o que origina um défice de produção, tem levado alguns (sobretudo jovens) a emigrarem a procura de melhores condições de vida em Bissau, no Senegal e na Gâmbia, com reflexos muito notórios na economia das famílias, por exemplo, provocando escassez de mão-de-obra ao nível local, mais em certos casos, melhorando as condições de vida das respectivas famílias com as suas remessas.

Apesar da existência de um certo potencial turístico (mangal, animais, cultura, etc.) a zona á praticamente negligenciada no roteiro turístico a favor das praias de Varela. Mas é sobretudo os vários “lumos” semanais que se realizam nas diferentes tabancas inclusive na Vila de São Domingos e a proximidade com o Senegal que anima em certa medida a vida económica da zona por ampliarem as possibilidades de comercialização e de escoamento dos produtos locais.

Em **Bijante**, predomina o “pam-pam”<sup>19</sup> cultura itinerante do arroz, o que o leva a população a deslocar-se de forma regular devido ao ciclo pousio necessário neste tipo de cultura a outras ilhas próximas devido a descontinuidade territorial. O défice cerealífero é considerável e importante. Igualmente praticam outras culturas secundárias (feijão, mancará e horticultura) a exploração do palmar, a pesca e a colecta de moluscos e em especial do “combe” (*Arche sinilis*) que é aqui muito consumido e a criam animais sobretudo vacas, porcos, cabras e galinhas. Em geral a população Bijagó não dispõem de uma grande tradição de pesca<sup>20</sup> apesar de viverem próximos do mar e do potencial existente para a prática deste tipo de actividade.

Em geral existe um bom nível de disponibilidade e variabilidade de recursos que não exige muito esforço da parte da população em geral para assegurar os meios mínimos de sobrevivência, a exemplo das grandes superfícies de palmares naturais, grande variedade e disponibilidade de peixes e disponibilidade de moluscos. A maioria destes produtos que são considerados de propriedade comum pode ser acedidas pela população local uma vez respeitadas as regras de acesso e uso. Aliás é um dos factores que explica a fraca utilização do dinheiro nas transacções ao nível da tabanca.

Salienta-se no entanto que os recursos existentes na *mata de Eticurite*, isto é, por exemplo, a extensão significativa de palmeiras, alguns poilões (árvores) de grande porte, os solos não podem ser explorados. Mas nele podem ser extraídos e utilizados produtos destinados a alimentação e a outras actividades no quadro da realização da cerimónia de iniciação que marca a passagem para a fase adulta e que nela se realiza. Esta restrição imposta pelas regras da tradição, faz dela uma zona onde os recursos gozam de uma relativa protecção.

A tabanca de Bijante é também conhecida pela produção de esculturas típicas lavradas em madeira e que são muito procuradas pelos turistas. Constitui uma fonte de rendimento suplementar para algumas famílias.

---

<sup>19</sup> Bolanhas sobre os solos de mangal são inexistentes e a técnica é desconhecida.

<sup>20</sup> No passado utilizavam muito o “*urraátè*” canoa construído de tronco único na qual esculpam na proa uma cabeça de touro.

A economia é familiar, embora aqui a propriedade fundiária seja ainda muito marcada por aspectos comunitários ligados a tabanca e aos clãs dono das tabancas. No entanto existe uma repartição antiga que é respeitada o que vem consolidando o acesso e o direito de propriedade as famílias, por pertencerem ao clã proprietário e/ou por pertencerem a outros clãs devido a matrilinearidade, mas com direito de acesso as terás por serem filhos do clã proprietário. Estes factores aliados a fraca densidade populacional atenuam as possibilidades de conflitos fundiários. Mas há que salientar que o desenvolvimento turístico tem originado um aumento considerável da procura e especulação sobre as terras, sobretudo na Ilha de Bubaque e na ilha vizinha de Rubane.

Toda a Região Bolama-Bijagós na qual Bijante encontra-se localizada tem uma vocação para o desenvolvimento de um turismo alternativo, dado a enorme fragilidades que apresentam os meios insulares e os ecossistemas neles presentes. Aliás a vila de Bubaque localizada à menos de quatro quilómetros de Bubaque é um pólo turístico da Região e da Guiné-Bissau, e que oferece oportunidades de emprego para os jovens de todas as ilhas, de comércio e de desenvolvimento de pequenos negócios. Nos domingos, devido a ligação por via marítima com Bissau, o porto de Bubaque transforma-se num grande mercado oferecendo uma grande variedade de produtos locais.

Verifica-se um êxodo da mão-de-obra jovem para os grandes centros. A falta de um ensino profissionalizante é uma das razões importantes da emigração dos jovens.

### 3.5. CONTEXTE SOCIAUX ET CULTURELS LOCAUX

A população de Colage<sup>21</sup> é *Baiote* e pertence a família étnica dos Felupes (também designados por “Djolas” no Senegal), da qual se distingue pela variante linguística e pela localização do seu respectivo território. Vivem entre no território compreendido entre o Rio Cacheu e o Rio Suncutoto, onde ocupas as tabancas de Arame, Djobel, Elia, Colage, Nhambalan e Cassul. Existe uma repartição antiga do território por diferentes gerações a exemplo da geração do *Babimbe*, *Elogon*, *Elaquia*, *Elabanhap*.

De acordo com as informações recolhidas junto a população local, Colage teria sido povoado por pessoas vindas e uma região chamada Baiote, zona que não chegou de ser identificada do ponto de vista da sua localização geográfica. Estima-se que teriam vindo de um território algures na margem inferior do rio Casamance entre os séculos XIV e XV, período em que, segundo Teixeira da Mota (1947), a maioria dos diferentes povos se fixaram no actual território da Guiné-Bissau. A deslocação das populações para esta zona deveu-se a procura de novos espaços onde não só pudessem fazer a agricultura como também se dedicarem à pesca e à caça. Era uma zona muito rica tanto em flora como em fauna terrestre e marinho-aquática.

A população total de Baiotes é estimada em cerca de 1.500 indivíduos, dos quais 642 vivem nos diferentes bairros da Tabanca de Colage: Colage Central com 469; Colage Oputche com 52 e Colagezinho (Dgequemendo III) com 121. Estes valores não se referem naturalmente

---

<sup>21</sup> Que é uma simplificação do seguinte na língua Baiote “o djaque djê ofi chelali udi”, que significa a “terra é nossa” (Colage).

aos emigrantes tanto os que vivem nas outras regiões do país como nas Republicas vizinhas do Senegal e da Gâmbia.

Para este grupo é a cerimónia do “fanado” que separa os jovens dos adultos e marca do direito para a constituição da família. Nestas cerimónias recebem os ensinamentos dos mais velhos. Vivem em regime patriarcal. Toda a vida da tabanca é regida pelos anciões segundo os usos e costumes tradicionais. Crêem em várias divindades que adoram nas suas florestas sagradas, que são verdadeiros templos, onde se retiram para o “fanado” e outras cerimónias importantes da tabanca. As figuras sociais mais importantes são o *Amanhe* (Régulo), o *Alamba* (Dono do chão) e o *Obiapulo* (o mestre de cerimónias) e o *Kassetin* ou *Languê* (curandeiro).

A tendência emigratória é muito expressiva o que tem impactos significativos na estrutura etária da população de Culage, pois que esta é mais constituída por velhos em virtude do fluxo dos jovens rapazes para Bissau e países vizinhos a procura de emprego. Neste particular as famílias, subsistem de um modo geral, graças aos esforços das mulheres que, para além de se ocuparem das lides domésticas, responsabilizam-se da alimentação, saúde e escolarização das crianças.

Em jeito de percurso histórico e conforme narra a tradição, **Bijante** se constituiu como povoação há já mais de um século. Foi primeiramente habitado por um dos quatro filhos de uma família que saiu da povoação de Bruce situada na parte Sul da Ilha de Bubaque, com o objectivo de ocupar novas terras e praticar a agricultura. Os quatro irmãos ter-se-iam instalado em Ancadona, Etuatu, Bijante e Enem. Estes quatro filhos correspondem às quatro linhagens (ou clãs) matrilineares encontradas em Bubaque, designadamente os *Oraga*, os *Orakuma*, os *Ogubane* e os *Ominka*, sendo os *Orakuma*<sup>22</sup> os proprietários da tabanca e da Ilha, a linhagem responsável pela condução dos destinos da população e, conseqüentemente, pela gestão dos locais de culto e dos recursos da **tabanca**- conhecida por **engba** em língua Bijagó.

É uma tabanca *tabanca* mono-étnica exclusivamente constituída por Bijagós. Nas imediações vivem algumas famílias *balanta* e *pepel*, dois grupos do continente que migraram para as ilhas por razões de ordem económica. A população total das três tabancas é constituída por 672 indivíduos: sendo Bijante a maior com 420 indivíduos; enem com 147 indivíduos e Ancadona com 105 indivíduos. O efeito da migração dos jovens faz-se sentir na estrutura etária das populações residentes na tabanca.

A *tabanca* é dirigida por régulo designado por Oronhó com funções religiosas, sociais e políticas mas que se subordina a um conselho de anciões. Existem quatro linhagens e os indivíduos se organizam em classes de idade. A passagem de uma classe para outra é precedida por determinado ritos iniciáticos que podem ocorrer nas imediações da *tabanca* ou na mata sagrada conhecida em língua bijagó pelo nome de **uam manrass**. À medida que se passa de uma classe para outra, diminuem-se as obrigações e aumentam os direitos e regalias sociais.

Em geral nestas sociedades, rapazes e raparigas, homens e mulheres gozam de liberdades pessoais e individuais, mas devem sempre respeito aos direitos e deveres colectivos. A vida dos indivíduos encontra-se regida por regras sociais determinadas pelas condições do grupo (Cardoso L., 2008). É uma colectividade onde impera uma grande solidariedade entre os indivíduos, uma solidariedade por semelhança, onde os indivíduos

---

<sup>22</sup> Alem destes quatro outros sete (7) clãs são existentes nas ilhas do Norte do Arquipélago.

diferem pouco uns dos outros. Uma colectividade em que os seus membros se assemelham porque experimenta os mesmos sentimentos e aderem aos mesmos valores e reconhecem o mesmo sagrado (Durkheim, 1893).

### 3.6. QUESTIONS CONNEXES

#### 3.6.1. PROBLEMES/DEFIS LIES A LA CONSERVATION DES PAYSAGES COTIERS/MARINS ET REPOSES NATIONALES

Vários problemas/desafios se impõem a conservação da paisagem costeira/marinha ao nível nacional:

- 1º. **Definição da zona costeira/marinha:** no caso específico da Guiné-Bissau o problema foi resolvido conjugando a zona de influência de alguns fenómenos naturais (nível de penetração da maré salgada; zona de extensão do mangal; linha de base, etc.) com o recorte administrativo de algumas regiões;
- 2º. **Manutenção da renovabilidade dos recursos costeiros num contexto de grande aumento e concentração da população e desenvolvimento de variados tipos de actividades económicas:** esta situação é difícil de gerir, por isso a Guiné-Bissau na sua Estratégia de Conservação priorizou a zona costeira, inclusive criando um programa de planificação e gestão da zona costeira, cujos eixos de intervenção foram definidos mais acima, salientando-se a criação de um sistema de áreas protegidas privilegiando as zonas mais sensíveis e de grande valor ecológico. Todo este processo foi acompanhado com a elaboração de uma zonagem, criação de instrumentos jurídico-legais e instituições susceptíveis de harmonizar (espacial e temporalmente) os usos efectuados pelos diferentes sectores económicos, estabelecer mecanismos de resolução de conflitos e acordos mínimos entre grupos de interesse; garantir possibilidades de exploração e otimizar as actividades económicas desenvolvidas pelas populações locais; criação de estruturas para a divulgação dos objectivos, análise e proposição das soluções para os problemas constatados na zona costeira.
- 3º. **Desenvolvimento urbano desorganizado:** Os maiores centros urbanos da Guiné-Bissau incluindo a capital encontram-se localizados na zona costeira. Para além de uma ocupação desordenada põem-se o problema geral de que as infra-estruturas (estradas, infra-estruturas sociais, infra-estruturas de água e saneamento, etc.) não acompanham de forma coerente esse desenvolvimento. Da mesma forma, o desenvolvimento socioeconómico não responde a grande procura de emprego e não cria as oportunidades de negócios necessários, pelo que, uma boa parte desta população fica marginalizada no processo de desenvolvimento o que leva a um crescimento acelerado da pobreza e ao desenvolvimento de sectores informais difíceis de gerir pelo Estado. A planificação do desenvolvimento urbano com o conseqüente desenvolvimento de infra-estruturas económicas e sociais nem sempre está ao alcance do Governo, não só devido a falta de recursos como ainda

a grande fraqueza das instituições vocacionadas e responsáveis de gerir esse processo;

- 4º. **O impacto das mudanças climáticas:** muito indissociável da zona costeira da Guiné-Bissau sobretudo considerando que constituída por zonas muito baixas (a planície costeira), muito recortada por rios e rias; muito difícil de proteger através de sistemas artificiais não só devido aos custos financeiros mas também devido a outros impactos que poderão ter ao nível da costa. Por isso optou-se pela conservação dos ecossistemas costeiros e em especial do Mangal, como infraestrutura natural de protecção da zona costeira;
- 5º. **Sobre-exploração de alguns recursos e aumento do nível da pobreza das populações costeiras:** recursos pesqueiros e alguns recursos florestais (cibe, pau-ferro, etc.), e faunísticos encontram-se emacçados devido a pressão causada sobretudo pela demanda do mercado e pela falta de alternativas sustentáveis a redução da pobreza. Existem leis e regulamentos mais que no contexto actual são difíceis de aplicar de forma eficiente, por outro lado, nem sempre soluções de combate e redução a pobreza são aplicadas;

### 3.6.2. PROBLEMES LIÉS A LA CONSERVATION DES PAYSAGES COTIERS/MARINS ET REPONSES LOCALES

Em geral os problemas nacionais repercutem-se igualmente o nível local, salientando-se que ao nível local várias instituições se encarregam de encontrar soluções aos diferentes problemas ligados a paisagem costeira: As estruturas locais tradicionais de poder; as administrações locais e as estruturas de gestão no interior das unidades de conservação.

As estruturas locais tradicionais gerem as diferentes direitos de uso e acesso aos recursos, assim como com o apoio da comunidade e da administração local, os diferentes problemas ambientes que surgem ao nível local e relaciona-se em geral com:

- O acesso aos recursos por estrangeiros (pesca, florestas, solos, etc.) sem qualquer relação com os recursos em causa;
- As grandes concessões fundiárias que nem sempre tomam em conta os territórios das tabancas e as zonas onde desenvolvem as suas actividades tradicionais;
- Algumas calamidades naturais originados sobretudo por impactos negativos dos fenómenos climáticos.

No interior dos parques as estruturas de gestão implementam os regulamentos respectivos que em geral contêm directivas de conservação e definem as modalidades de acesso para usos compatíveis com os objectivos da criação dessas unidades de conservação. Nos parques marinhos os maiores problemas são os ligados a pesca clandestina e captura accidental de algumas espécies protegidas; perturbações nas zonas críticas, como as zonas de

desova, nidificação e de alimentação de algumas espécies muito vulneráveis. Estas zonas são em geral interditas tanto para as populações residentes como aos não residentes.

Não obstante os avanços experimentados os desafios de conservação continuam sendo significativos. Estes desafios estão antes de mais ligados com a situação de extrema pobreza em que vivem as nossas populações, confrontada com a necessidade de uma vida melhor, são desafios relacionados com a reconversão das mentalidades. Além do mais os benefícios e os resultados dos esforços actuais de conservação só serão sentidos a longo prazo, o que entre em conflito com as necessidades e prioridades imediatas das populações, sobretudo considerando o estado de pobreza em que uma boa parte dela vive. Enquanto não houver uma real compensação material e/ou financeira aos esforços de conservação efectuados pela populações locais, ou seja, enquanto a população não desfrutar e tirar benefício pleno dos recursos de que hoje se dispõem a proteger em nome do amanhã, será difícil tornar sustentável qualquer programa de conservação.

### 3.6.3. APPROCHE CRITIQUE DES RÉPONSES

A crítica principal que se deve fazer as respostas é o facto de serem em geral muito sectorializadas, não existindo portanto um processo coordenado e articulado de intervenção não só entre as estruturas do estado, como entre estas e as estruturas locais tradicionais de poder. Por outro lado põem-se o problema da apropriação do “programa de planificação e gestão integrada da zona costeira” pelas diferentes instituições do estado assim como a sua divulgação e apropriação ao nível local.

As respostas preconizadas são em geral efectuadas na base de uma *approche* projecto, isto é com financiamentos limitados e objectivos e prazos determinados o que entra em contradição com as necessidades de aplicação de procedimentos sustentáveis, isto é co-geridos, adaptativos e a longo prazo.



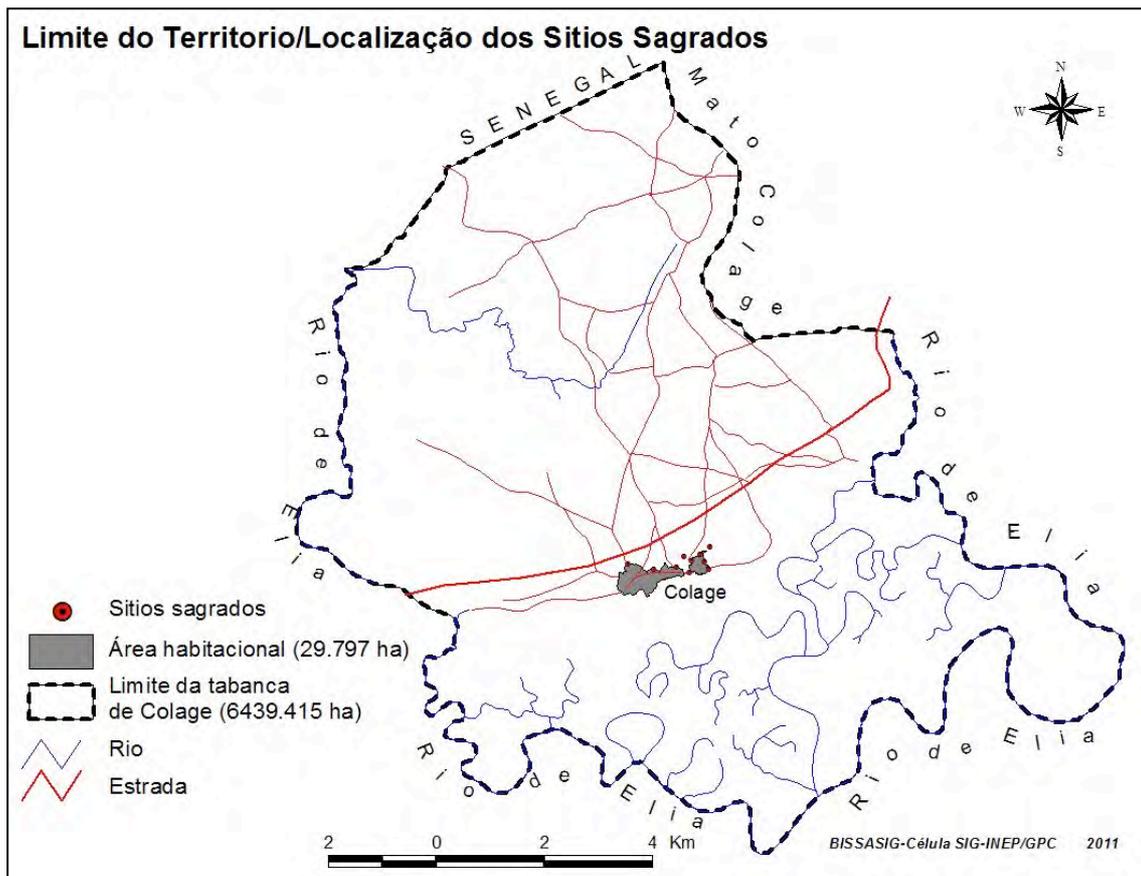
## PARTIE IV: CONSERVATION ET GESTION DES SITES NATURELS SACRES [8 PAGES]

### 4.1. ESQUISSE DE DEFINITION DU CONCEPT DE SNS

Considerando os aspectos descritos pelas próprias populações sobre os SNS podem ser definidos como “áreas terrestres ou aquáticas que têm um significado espiritual para os povos e as comunidades ... e onde a natureza se conecta com o universo superior e a memória colectiva ou individual unem-se em formas significativas... e podem ser moradas de divindades, espíritos naturais e ancestrais ... que podem ser benignos ou malévolos” (Wild e McLeod, 2008). Para as sociedades tradicionais étnicas referidas neste estudo os SNS representam valores que vão muito além das ações de simples ações de conservação, pois que mais do que isso, “são a pedra angular da visão do mundo, das suas culturas e filosofias (Wild e McLeod, 2008).

### 4.2. TOPOGRAPHIES DES SNS ET TERRITORIALITÉ

O limite dos do território das duas tabancas encontram-se referidas nas figuras ... O território de Colage localiza na planície costeira, na faixa entre a fronteira do Senegal a Norte,



**FIGURA 4. Limite do território da Tabanca de Colage**

A estrada (linha à vermelho marca o limite Norte do PNTC dividindo o território da tabanca em duas partes, isto é a localizada no limites interiores e exteriores do PNTC

o Rio Cacheu a Sul. Aliás toda a sua parte Sul, sudeste e sudoeste é limitado pelo Rio de Elia um dos afluentes do Rio Cacheu. Apresenta uma superfície de 5.542,3 há, muito recortada por Rios e Rias. A orografia é um pouco ondulada, sendo as partes mais baixas construídas pelos mangais e tannes, cujas superfícies são cobertas pelas marés salgadas e em especial durante o período de águas vivas. As Zonas mais altas não ultrapassam os 16 metros em relação ao nível do mar. Todo o território de Colage faz parte da planície costeira.

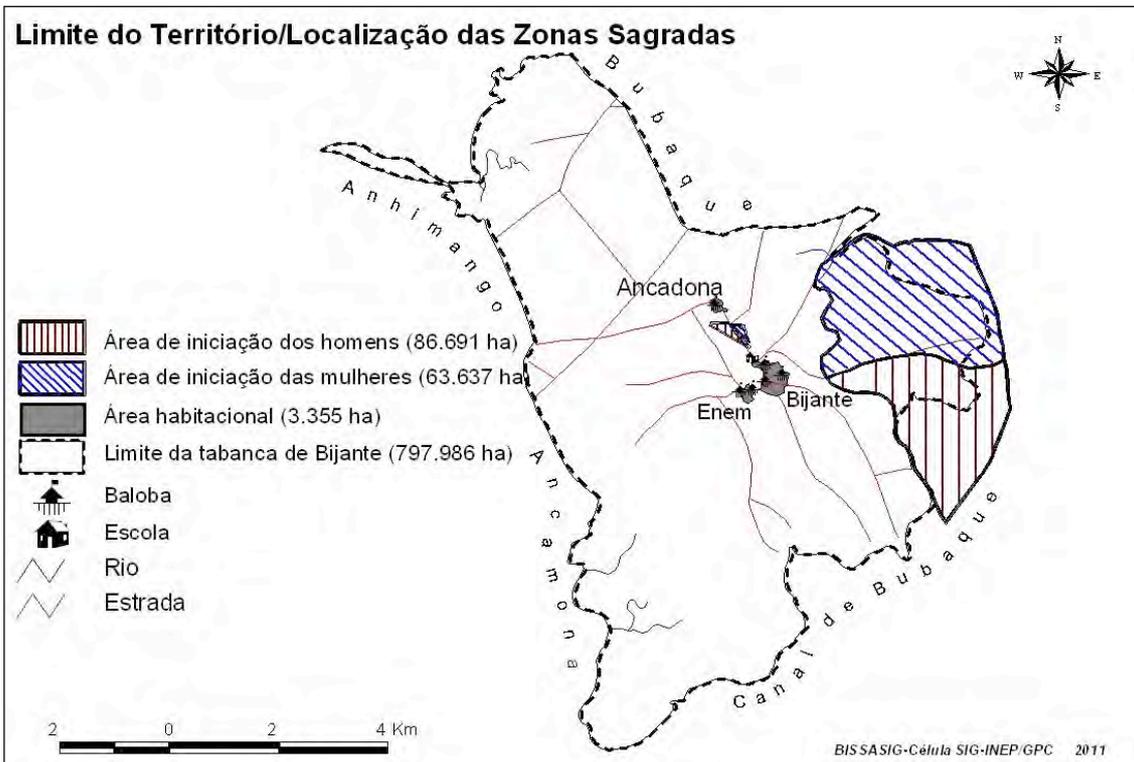
A zona sagrada é constituída por um complexo de 10 zonas de pequeno tamanho localizados a volta da tabanca.



**FIGURA 5: Homem iniciado a entrada do SNS de Colage**

O território de Bijante cobre uma superfície de 676,55 há. É limitado a este e a sudeste pelo mar (Canal de Bubaque), a Norte pelo território da vila de Bubaque a oeste pelo território da tabanca de Anhimango e a sudoeste pelo território da tabanca de Ancadona. O Rio de Abixindè serve de fronteira em relação ao território da tabanca de Ancamona. As altitudes não ultrapassam os 12 metros acima do nível do mar. É de salientar sobretudo na costa a existência de bancos vasosos, praias e algumas pontas rochosas, assim como dois pequenos rios: o rio de Ancarà (Rio de Bijante) e o Rio de Cancassunquê localizado respectivamente a a nordeste e a sul da tabanca de Bijante.

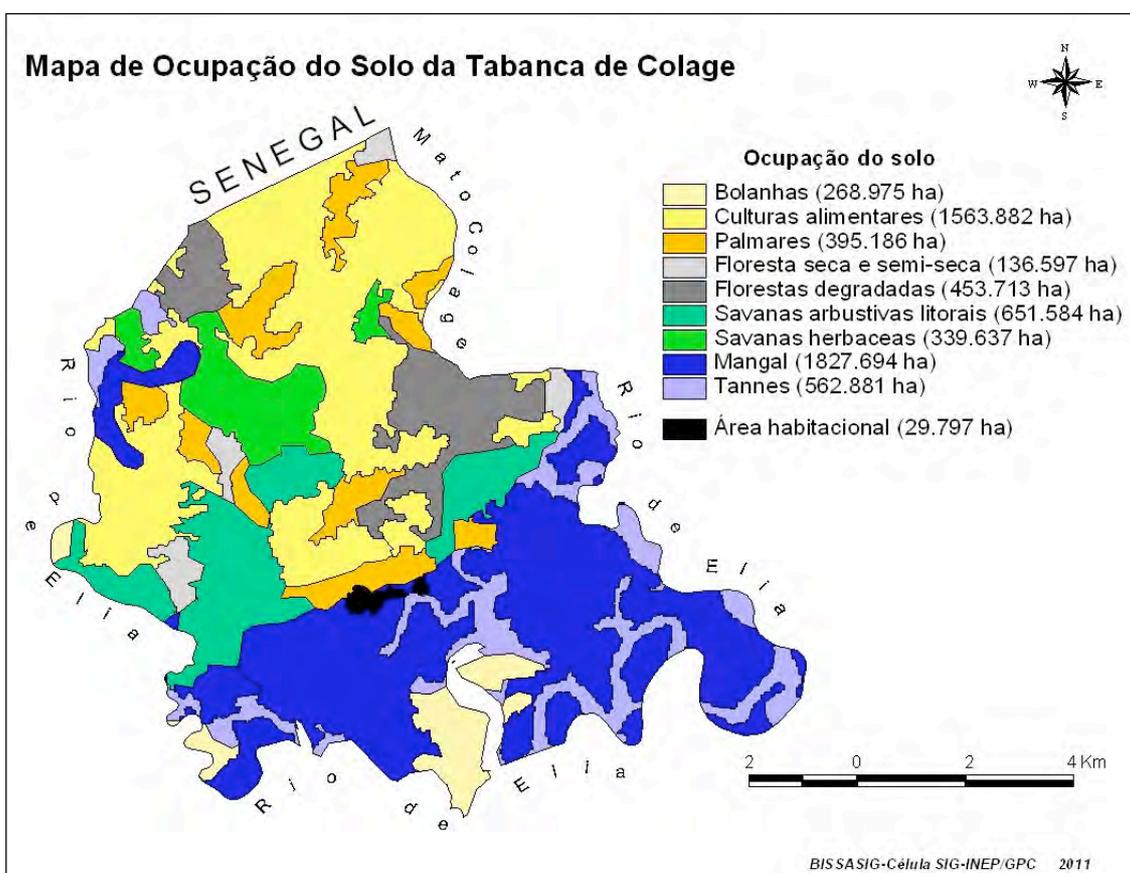
Dispõem de duas florestas sagradas, a dos homens com cerca de 86,7 ha e a das mulheres com 63,6 há.



**FIGURA 7: Praia e área de mangal no interior o SNS de Bijante**

### 4.3. CARACTERISTIQUES BIOPHYSIQUES [LA BASE DES RESSOURCES ET LE PROFIL DES RESSOURCES]

Figuras seguintes dão uma ideia da ocupação do solo da parte terrestre. A parte aquática é constituída no caso de Colage pelo estuário do Rio Cacheu e seus afluentes, em cujas margens se destacam extensas zonas de vasa ocupadas pelo mangal, cobrindo uma superfície de 1.827 ha. A população desenvolve actividades de pesca assim como de colecta de moluscos e crustáceos, em especial da ostra e do combé (Arche). As Zonas do interior do Mangal são localmente aproveitadas para a orizicultura o que cobre cerca de 269 ha. Este tipo de rizicultura assenta em formas bens específicas de gestão da água com base em armação de diques duplos, o que permite em certa medida, o aproveitamento de zonas mais salgadas contornando parcialmente a deterioração do clima. A parte terrestre dispõe de formações vegetais variadas salientando-se: os palmares (395 ha) nas proximidades do mangal; as florestas secas e semi-secas (136, 6 ha), as florestas degradadas (453,7 ha), as savanas arbustivas litorais (651,6 ha) e as savanas herbáceas (339,6 ha). Nas savanas herbáceas extraem sobretudo a palha para cobrir as casas, enquanto, as outras formações são aproveitadas para as culturas pluviais, atingindo as superfícies cultivadas nestas formações cerca de 1.563,9 ha). A exploração florestal e em especial do palmar para a produção do vinho de palma e do óleo de palma é muito intensa.

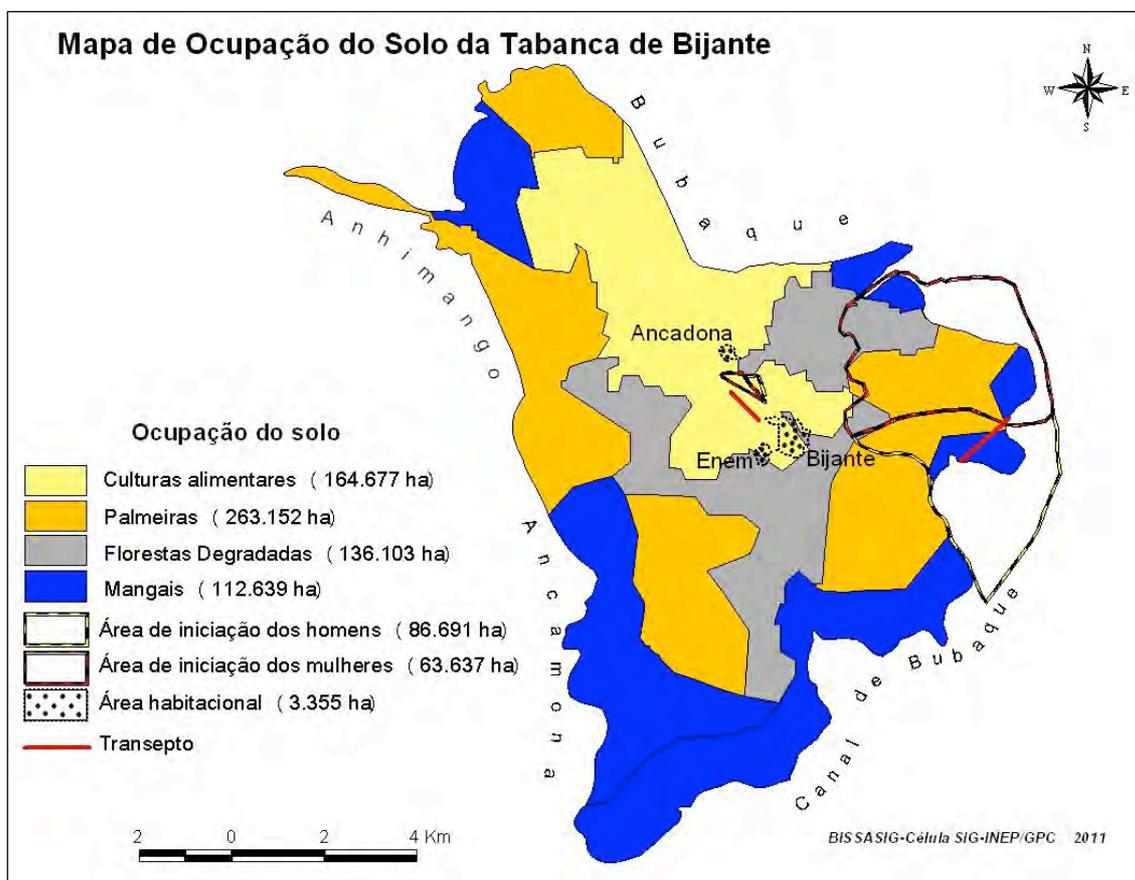


**FIGURA 8:** Ocupação do solo no território da Tabanca de Colage

As áreas ocupadas pelas SNS se bem que muito pequenas em termos de tamanho, apresentam uma vegetação mais diversificada, densa e mais alta, o que espelha em certa medida o nível de restrições que sobre elas existem.

Em geral a variedade das formações vegetais apontam para diversidade da fauna e da flora (ver espécies recenseadas em anexo), embora o tamanho da superfície cultivada e das florestas degradadas sejam indicadores do nível de pressão existentes e provocada sobretudo em grande parte por população originária da vila de São Domingos e refugiados do Senegal. Aliás a população local confirma que no passado tinham florestas mais densas, de maior porte e com muitas palmeiras. Esta zona cuja economia baseava-se na exploração orizícola hoje torna-se cada vez mais dependente das culturas pluviais, desenvolvidas nas partes mais altas e a custa das florestas naturais. Salienta-se igualmente que nas partes mais altas a expansão das plantações do Caju, cuja castanha é actualmente o principal produto de exportação da Guiné-Bissau, tem experimentado uma tendência crescente e muito acelerada.

O território de Bijante é na sua parte mais costeira e ao longo dos pequenos rios marcados pela presença do Mangal (112,6 ha) , a qual é substituída, na medida em que se desloca para as zonas mais altas pelos palmares naturais (263,1) e pelas florestas degradadas (112,6 ha). Esta última formação é na verdade superfícies deixadas em pousio no quadro do ciclo da cultura itinerante e pluvial do arroz, muito praticada pelos Bijagós. Aliás durante estes ciclos, tabancas inteiras deslocam-se para outras ilhas, como é o caso da deslocação da população de Bijante para a ilha de Rubane, situada a Norte da Ilha de Bubaque. A agricultura



**FIGURA 9:** Ocupação do solo no território da Tabanca de Bijante

é igualmente aqui muito complementada pela exploração do palmar, na qual para além dos produtos citados para o caso de Colage, ainda são extraídos o “corçon de palmeira” (meristemas apicais da palmeira), que são consumidos, como elemento da dieta alimentar. Não existe propriamente uma tradição de pesca, embora aqui o território seja mais rico em termos faunísticos<sup>23</sup> na sua parte marinha aquática do que terrestres, sobretudo devido ao facto de serem ilhas. É praticada uma pesca tradicional com rede de lances e diferentes tipos de “gambuas”. Estes últimos são muito utilizados nas cerimónias. Mas a parte essencial do consumo de proteínas é coberto pela “combe” (*Archea sinelis*) que é aqui muito colectado nos bancos.

#### 4.4. CARACTÉRISTIQUES SOCIALES ET CULTURELLES

A linhagem fundadora da tabanca reclama em geral direito de propriedade sobre o território, por ser o primeiro ocupante e pelo pacto que o seu antepassado que descobriu e instalou-se no lugar com o “espírito de lugar”, de que é seu principal intermediário. É este espírito que lhes garante protecção, mas que os pode punir por actos susceptíveis de degradar a natureza. Estes espíritos são regularmente invocados para resolver os diferentes problemas da tabanca, os problemas das famílias e dos indivíduos, podem ter várias formas de representação, variando a sua “residência” no espaço e no tempo mas é a sua presença frequente que sacraliza as florestas sagradas.

A linhagem fundadora é representada pela figura do **Alamba** em Colage e o **Uam-Moto** em Bijante, e se referem aos “donos do chão”.

Os SNS parecem ter sido muito importantes na construção do território e no desenvolvimento das tabancas acima citadas e de que parece ser o elemento central, uma vez que através dele identifica-se a linhagem dos primeiros ocupantes que fundaram a tabanca, constrói-se a imagem colectiva do que é sagrado, realiza-se a transmissão de conhecimentos e saberes que permitem reproduzir os comportamentos sociais e a tradição e é o lugar onde através de rituais específicos se estabelece a comunicação e legitima a existência de dois mundos: o real e a mística dos antepassados ou seja dos espíritos. Mas é igualmente um lugar de gerido por um conjunto de interdições que não são aplicados aos iniciados e aos que pretendem participar na cerimónia de iniciação.

Tanto o Eticurite como a Mata de Coladji são zonas de acesso restrito sendo, em consequência, os recursos nela disponíveis de exploração limitada. A sua conservação e gestão não colocam grandes problemas uma vez que é um sítio exclusivamente reservado às cerimónias cujos objectivos são antes de mais destinada a socialização dos indivíduos e a transmissão de determinados valores morais. Outras cerimónias, uma das quais tem a ver com o início do ano agrícola e as colheitas, fazem-se noutros lugares. Salientam-se no entanto que todos os espíritos normalmente invocados noutras cerimónias se juntam na mata sagrada na altura da cerimónia do fanado.

A ideia que a população nutre e sustenta é que é um sitio sagrado que eles viram à nascença e sobre o qual ouviram da parte dos mais velhos, ou seja, quem não for autorizado

---

<sup>23</sup> Ver a lista de espécies recenseadas nos relatórios de Bucar Injai sobre os SNS's estudados.

não deve entrar nessa mata. As restrições impostas aos sítios sagrados, embora contendo algumas variantes, têm muito em comum, salientando-se o caso especificam das sanções aplicáveis às transgressões às normas costumeiras estabelecidas. As pessoas levam na mente de que transgredindo a regra são punidas e as punições são efectuados por divindades, cuja existência é relacionado com um facto histórico, místico e temido, que ninguém quer que volte a acontecer na tabanca. Estas divindades servem igualmente de álibi a eventuais “sociedades secretas” - caso existam - encarregadas de velar pelo cumprimento das regras de acesso.

Sendo esta a percepção das populações a mata conserva-se por si mesma embora hajam indivíduos que a comunidade incumbiu a tarefa de se responsabilizar por ela, sobretudo nos períodos durante as quais ocorrem os rituais tanto femininos como masculinos: nos SNS masculinos o **Cavier** ou **Obiapuló** em Colage e **Uam-Manrass** em Bijante. Estes indivíduos são designados em geral por **Baloberos** e são eles que se ocupam da sua gestão, durante e após as cerimónias que aí ocorrem, e controlam o acesso. Como ficou dito um pouco acima, dada uma das duas matas reservadas a homens e mulheres, têm seus gestores, têm seus guardiões cujas funções são hereditárias. Sem a presença efectiva destas pessoas ninguém pode aceder ao seu interior.

Durante o período de reclusão, isto é durante a cerimónia, o acesso é controlado pelas pessoas já iniciadas, e para os novos em processo de iniciação é escolhida entre os seus pares, uma pessoa para ser, o responsável, o dianteiro, o guardião e que o guia de todos os outros jovens pertencentes ao grupo. Estes dianteiros cujas funções são igualmente existentes em outras classes de idade e são vitalícias entre os Bijagós e são conhecidos pelo nome de **okandenh**. Em todos os grupos etários e em ambos os sexos existe um(a) **okandenh**. A cerimónia de fanado (conhecida por **manrass** em Bijagó) e realizado no SNS's acima referidos permitem a passagem a idade adulta. No caso específico dos Bijagós é esta a cerimónia que permite a passagem do **kabaro** a fase dos **kamabe**, fase em que o indivíduo é considerado adulto e passa a usufruir de várias regalias sociais, uma das quais é o casamento legal, de acordo com os preceitos da tradição.

Em Bijante o SNS femininos são exclusivamente reservados as mulheres unicamente os **Oronhos** (régulos), o **Ué** (tocador de bombolom) e os **Orasi** (homens cativos). Estes últimos após a cerimónia de Kadibi-Kandjã-ô tornam-se automaticamente prestadores de serviços nas cerimónias do **Orebok** e encarregam-se da segurança do SNS femininos (Fernandes, 89; Cardoso, 2008).

Para além dos rituais ligados à cerimónia de iniciação dos rapazes a qual já foram feitas referências, não são conhecidos quaisquer outros que possam ser feitos no interior desta floresta, para os não iniciados.

No caso específico do Bijagós outras áreas ainda são considerados como sítios sagrado, embora não tenha sido objecto deste estudo a exemplo de: zonas onde se enterram as pessoas consideradas como feiticeiras; zonas consideradas como passagem obrigatória para as almas de pessoas mortas; as “balobas” (casas sagradas). Algumas tabancas possuem igualmente ilhas sagradas, onde imperam algumas restrições específicas.

#### 4.5. CARACTERISTIQUES ÉCONOMIQUES [UTILISATIONS ET UTILISATEURS]

Uma exploração dos recursos é efectuada no SNS nos períodos de cerimónia e destinados sobretudo a sustentar as pessoas envolvidas e/ou a desenvolver e aperfeiçoar certas habilidades em algumas actividades e a fabricar objectos utilizados pelos jovens iniciados. Em geral trata-se de produtos de pesca, moluscos e crustáceos colectados, vinho de palma e chabeu extraído das palmeiras, animais selvagens capturados, frutas silvestres, partes de plantas e/ou de animais utilizados na farmacopeia local e de produtos naturais localmente extraídos. Salienta-se no entanto que cada vez mais são introduzidos produtos importados fora da tabanca como o vinho, arroz, tecidos, cosméticos e bijutaria.

Fora dos períodos de cerimónia só os iniciados podem entrar nos SNS's para explorar alguns recursos neles existentes como os dos palmares naturais, pescar ou colectar remédios mas destinados ao uso exclusivo directo, no interior do SNS.

Recursos exteriores aos SNS's são de livre acesso aos indivíduos pertencentes a tabanca. Os alóctones só são permitidos igualmente explorar estes recursos, naturalmente que nas zonas exteriores aos SNS mediante uma autorização de acesso que lhes são concedidos pelos *garandis* (anciões da tabanca). Estas autorizações são normalmente formalizadas através de oferendas na qual se inclui a "cana" (álcool fabricado a base da cana do açúcar), galinha e outros produtos, e em geral, não incluem somas em dinheiro.

#### 4.6. LES REGIMES DE TENURE DES ESPACES ET DES RESSOURCES

[ensemble des dispositions juridiques et administratives officielles définissant et gouvernant les droits d'accès, d'extraction des ressources, de gestion/contrôle et d'exclusion] ---- tenure statutaire [*cas des SNS intra-AMP*]

Sem prejuízo de disposições em contrario queremos aqui salientar as leis seguintes pela suas relações que poderão ter Com os SNS's :

- 1º. **A lei da terra:** esta lei embora carecendo de um regulamento de aplicação garante e reconhece o direito consuetudinário no seu artigo 17º, como uma forma de gestão do direito de propriedade e uso das terras, sobretudo as inseridas nos domínios étnicos e territórios das tabanca, o que em certa medida reconhece o direito de propriedade territorial aos grupos étnicos e as tabancas. No alinha 3 do seu artigo 7º referentes as áreas protegidas garante o direito de acesso das populações residentes aos matos sagrados e a outros sítios de importância cultural e social situados no interior das áreas protegidas.
- 2º. **A nova lei florestal:** esta lei reconhece no seu artigo 11º sobre a gestão do domínio florestal as possibilidades de reconhecimento das florestas comunitárias<sup>24</sup> e das florestas sagradas sob a forma de concessões florestais. As florestas comunitárias estão sujeitas nesta lei as seguintes regras de gestão:

---

24 Segundo o artigo 35º desta lei consideram-se florestas comunitárias as áreas de domínio florestal, fora das áreas protegidas, transferidas, por um acto administrativo de concessão, para as tabancas requerentes, com vista à sua utilização racional, nos termos do presente diploma e demais aplicáveis.

- A gestão das florestas comunitárias será efectuada pelas tabancas titulares de direitos com observância rigorosa das disposições pertinentes do presente diploma e das normas regulamentares adoptadas para a sua execução.
- As florestas comunitárias não podem ser objecto de hipoteca, alienação e de partilha, salvo se alguma disposição legal o permitir.
- As florestas comunitárias serão submetidas à supervisão técnica da DGFF com vista a assegurar uma gestão racional das mesmas, garantindo-lhes, assim, a conservação dos respectivos recursos.
- Sem prejuízo dos demais diplomas legais aplicáveis, as receitas provenientes de gestão dos recursos englobados dentro dos perímetros das florestas comunitárias revertem-se a favor das comunidades locais conforme previsto no regulamento florestal.

3º. **Lei-quadro das áreas protegidas:** Esta lei prevê no seu artigo 38º o tratamento que deve ser dado as florestas sagradas e que resumem-se no seguinte:

- Os SNS, como espaços naturais dedicados a cerimónias religiosas ou tradicionais, podem ser reconhecidos por despacho do ministro e tutela do ambiente;
- Devem ser delimitados por um mapa de escala igual a 1/50.000 ou inferior, a anexar ao despacho;
- Estes espaços uma vez legalizados não poderão ser objecto de nenhuma concessão, licença, autorização ou qualquer decisão cuja realização seria susceptível de modificar o estado natural do lugar;
- Memo quando tais espaços encontram-se localizados num parque, reserva natural, perímetros de meio ambiente sensível, ou santuários ecológicos, o acesso de visitantes fica subordinado a aprovação as comunidades ligadas proprietárias da concessão.

4º. **Estatuto não aprovado da Reserva da Biosfera :** reconhece Artigo 5º a possibilidade de incluir as zonas as zonas sagradas identificadas pela sua importância ecológica, sócio-cultural e religiosa das comunidades locais, tendo por consequência as restrições definidas pela cultura e tradições locais. No seu artigo 38º reconhece a possibilidade de aplicação do direito costumeiro (consuetudinário e tradicional) nos casos em que se manifesta cabível e nos termos em que é reconhecida a sua vigência pelas leis em vigor, de natureza geral ou especial, nomeadamente os Decretos nº 43 897, de 06/09/1961 (Reconhecimento dos usos e costumes locais reguladores das relações jurídicas



processo de privatização de terras. Os processos de reconhecimento são muito simples. Uma vez localizado numa área protegida essa protecção é ainda reforçada pelos regulamentos das respectivas áreas protegidas e o seu sistema de gestão que são muito participativos e permitem aos representantes de todas as tabancas participarem nos processos decisórios.

A ameaça advém muitas vezes da fraca capacidade de implementação das disposições da lei positiva. Aliás estas são ainda muito sectorializadas o que dificulta a sua implementação por sectores não directamente envolvidos e que em geral recorrem a evocação de interesses nacionais e decisões políticas para desrespeitarem as normas estabelecidas. Em geral a aplicação das leis positivas exigem criação de estruturas de aplicação, de monitoria e seguimento, de protecção e de sanção, cujos custos em geral são elevados o que reduz enormemente a sua eficiência nos contextos de países como a Guiné-Bissau. Além do mais há que contar com os custos de transacção inerentes a todos esses processos.

Em relação as regras tradicionais de gestão dos SNS a força principal é a sua capacidade de resiliência e de adaptação a novos contextos, o que é confirmada ainda hoje pela sua existência até ao período actual. As instituições-chaves do sistema jogam o seu papel e são respeitadas pela população local, assim como as regras e os tabus que se encontram-se muito impregnadas na sua cultura. A sua grande fraqueza prende-se com o facto de ser muito circunscrita a um local, a um território determinado ou a um grupo étnico. Nessa perspectiva são muito frágeis as pressões vindas sobretudo do exterior e muito ligados ao mercado e a exploração dos recursos naturais em favor de benefícios imediatos. Estas pressões têm uma grande capacidade de influência ao nível dos círculos políticos e dos mais pobres. Estes últimos nem sempre encontram-se à altura de estimar e compreender os verdadeiros valores inerentes aos SNS para além dos usos ou benefícios mais directos e imediatos.

Nem sempre as estruturas tradicionais e as regras e os tabus são tomados com devida consideração nas estruturas criadas para a gestão da Biodiversidade e das áreas protegidas e nos seus programas, o que contribui muito para o seu enfraquecimento.

Existindo igualmente pressões internas para o acesso aos recursos nelas existentes a comunidade pode decidir pelo levantamento das restrições ao acesso de algumas zonas do SNS. Esta prática foi constatada em algumas zonas dos Bijagós e é o que poderá ter acontecido em Colage para originar a fragmentação do SNS em dez pequenas unidades.

#### 4.5. SYSTEMES TRADITIONNELS DE CONSERVATION ET DE GESTION

A conservação e a gestão do SNS e também os casos são garantidos pelos iniciados, neste caso considerados anciões, normalmente encabeçados pelo mais velho da linhagem do primeiro ocupante. O processo cerimonial é gerido pela figura do “Balobbero”.

O espaço da tabanca é gerido pelo **dono do chão**, que representa o primeiro ocupante. Estes diferenciam-se da figura do **Regulo** (“**Amanhe**” em Colage e “**Oronho**” em Bijante), que em certa medida com o apoio dos anciões da tabanca regem e supervisionam a vida social, política económica e religiosa da Tabanca. Ocupam-se da repartição e da autorização do acesso à terra, fazem justiça, marcam o início do ano agrícola e as datas de realização das grandes cerimónias incluindo o fanado (“**Nhocoebia**” em Colage e **Manrass** em Bijante). No caso de Bijante o **Oronho** é acompanhado nestas funções pela **Okinka**, a sacerdotisa que se

ocupa do fogo sagrado, e da *Kandjã'ô* (“*Baloba*”) que é a casa sagrada onde guardam os espíritos e que se localizam no centro da tabanca.

Mas a forma mais importante de gestão é a efectuada sobre a mão-de-obra local e especial sobre a força de trabalho mais jovens. No caso específico de Bijante e em geral dos Bijagós esta é efectuada através da *Kusina* que é em essência a cerimónia de passagem de uma classe de idade a outra e na qual as classes de idade mais jovens paga prestações (alimentos, vinho de palma, panos, aguardentes, etc.) em troca recebem contraprestações das classes de idade mais adultas que consiste em lhes acordar um estatuto social superior e ensinamentos e regras de comportamento na sociedade (ver Fernandes, 1989). A *Kusina* permite aos jovens progressivamente acederem as classes de idade mais avançadas em idade e com maior importância na sociedade, mais ao mesmo tempo, nesses períodos, são obrigados a produzir para os mais velhos, processo através do qual indirectamente, o acesso e a exploração dos recursos pelos mais jovens são geridos e controlados.

#### 4.6. SYSTEMES FORMELS DE CONSERVATION ET DE GESTION

Salienta-se que pela sua localização o SNS de Colage e o seu território localizado a Sul da estrada que liga São Domingos a Varela, a excepção das zonas de mangal, encontra-se no interior do Parque Natural dos Tarrafes do Rio Cacheu, mas concretamente na sua Zona de Desenvolvimento Sustentado (ver figura seguinte). Toda a área de Mangal e rios localizada a Sul no interior do território da tabanca de Colage faz parte da zona central deste mesmo parque. Em consequência sujeitas aos mecanismos de gestão e conservação definidos no plano de gestão e aos regulamentos definidos para o parque. Já a parte Norte da estrada São Domingos - Varela do território desta tabanca fica fora dos limites do PNTRC, e a excepção da lei-quadro das áreas protegidas estão sujeitos as disposições legais das leis referidas mais acima.

O território da Tabanca de Bijante assim como os seus SNS's localizam-se no interior da Reserva da Biosfera Bolama-Bijagós. A nomeação da região como Reserva da Biosfera é entendida como uma imagem de marca, isto é um label, e não propriamente como a transformação uma área protegida. Mas dado ao facto de ser uma área insular o princípio de precaução necessários são implementados, daí o estabelecimento de um zonagem específica, na qual progressivamente, as suas zonas centrais são formalizados por decreto como unidades de conservação. Nesta zonagem o território da tabanca de Bijante encontra-se na zona de desenvolvimento sustentado.

Nestes SNS's o disposto e acima referido na legislação desde que estas sejam demarcados e cartografados e reconhecidos por um despacho do ministro de tutela.

O território de Colage e de Bijante fazem parte de um sector administrativo que pertence a uma região administrativo a saber respectivamente o Sector de São Domingos da Região de Cacheu e o Sector de Bubaque da Região Bolama-Bijagós e geridos respectivamente por um administrador e por um Governador, coadjuvados por um secretario administrativo. No quadro da descentralização do poder local em curso alguns destes sectores poderão vir a ser transformados em autarquias.

## PARTIE V: IMPLICATIONS SPECIFIQUES ET GENERALES [8 PAGES]

### 5.1 LES SNS ET LA CONSERVATION DE LA BIODIVERSITE

Em geral nas sociedades tradicionais, os recursos os territórios são impossíveis de dissociar dos aspectos sócio-religiosos e culturais. Este facto é reflectido de forma muito evidente pelos SNS. Os SNS sagrados contribuem para a conservação da biodiversidade de diferentes formas a exemplo do nosso objecto de estudo. Colage apesar de registar no seu território uma pressão antrópica superior o SNS, sobretudo em termos florísticos representam uma relíquia do que poderá ter sido as formações vegetais do passado. A presença da fauna neste SNS pode não ser muito importante devido a sua grande proximidade a povoação de Colage. Mas desta formação relíquia poderão ser extraídos materiais vegetais para uma eventual reconstituição do coberto vegetal original da área. Foram recenseadas para o território da tabanca uma grande diversidade de flora e fauna tanto terrestre como marinha. Desconhece-se no entanto a representatividade e a população das espécies presentes.

No caso específico de Bijante não existe grande diversidade de habitats terrestre e em consequência o número de espécies florísticos e faunísticas terrestres é muito reduzida. No entanto por ser uma zona de características marcadamente insulares a existência destes habitats ganham um outro significado e valor em termos ecológicos. É sobretudo no mangal e no mar onde se constata uma diversidade muito maior sobretudo de espécies faunísticas. O mangal, através da sua biomassa, serve de base a uma cadeia alimentar ramificada e muito complexa, que é indissociável da fauna bentónica, peixes, moluscos, repteis mamíferos marinhos e a avifauna. Estes grupos de espécies são muito encontrados nas costas de Bijante, e uma vez no interior do SNS são objectos de um certo nível de protecção. É de salientar que o efeito maior dos SNS's na Região Bolama-Bijagó é o de formarem uma rede na qual se inclui ilhas e ilhéus sagrados e outros tipos de áreas sagradas, cobrindo extensas superfícies e incluindo uma amostra muito representativa dos ecossistemas presentes. Aqui a pressão antrópica devido ao isolamento das ilhas é uma vantagem, que pode vir a ser comprometida pelo desenvolvimento crescente do turismo.

No caso específico dos Bijagós os palmares naturais existentes e em especial do SNS de Bijante são formadas a variedade que em termos genéticos são em termos de sabor e características organolécticas muito aceites na culinária, e apresentam uma grande resistentes a seca e por conseguinte muito procurados nos programas de melhoramento genético das palmeiras de óleo de palma inclusive por alguns países asiáticos.

Em geral os SNS estudados apresentam-se como amostras e relíquias representativas da biodiversidade característica e que existiu num passado muito recente nas zonas respectivas. É verdade que este nível de representatividade é muito variado de um SNS em relação ao outro, mas é muito específico em relação aos territórios em que se encontram inseridos.

Existem igualmente regras e interdições aplicadas fora do SNS, com é o caso da extracção de ostras, captura e/ou caça de determinados animais, corte de determinadas espécies de plantas que contribuem para a manutenção da espécie e da variedade genética.

## 5.2. LES SNS ET LA REPRODUCTION SOCIALE ET CULTURELLE

Sem dúvida a manutenção dos SNS são indissociáveis de práticas destinadas a garantir a reprodução das sociedades tradicionais, das suas respectivas culturas e religiões (ver ponto 4.4). As práticas socio-religiosas ligados aos SNS, para além de garantir a comunhão no espaço no tempo com espíritos dos antepassados, permitem a comunhão de identidade e cria a solidariedade do grupo, isto é, torna o indivíduo parte indissociável do grupo uma vez a partir do momento que entra no SNS, partilhando os mesmos espaços, tradições, ensinamentos, culturas e realidades sobretudo as místicas.



**FIGURA 11: Homens iniciados consumindo vinho de palma no SNS de Colage**

Os SNS como elemento central da constituição do território com a qual a sociedade se identifica origina que as praticas a elas relacionadas consolidam e legitimam as formas de governação adoptados pela sociedade como um todo, em especial no que diz respeito as formas e mecanismos específicos de uso e gestão dos espaços e dos recursos. Isso faz dos SNS, sobretudo considerando as realidades místicas a ele relacionado, um elemento importante da

reprodução tanto dos aspectos materiais como imateriais ligados a reprodução social, do seu legado histórico, socioculturais e religiosos e muito relacionados com os seus respectivos territórios. Pois são as divindades nelas presentes que trazem a felicidade e o bem-estar para toda a sociedade desde que respeite os usos e os costumes e as tradições, mais também a pode punir em caso de desrespeito ou não respeito destes usos e costumes, mas também pode iniciar os mais dotados em novas práticas destinadas a garantir a paz e o desenvolvimento da sociedade.

A importância do SNS é ainda demonstrada pelo facto de ser, entre outros espaços, o ultimo em que o indivíduo passa a idade adulta gozando de todas as regalias sociais que lhe é conferido por este estatuto social. Antes de chegar a esta fase

O seu efeito na reprodução social e cultural é reconhecido pelas populações étnicas que no caso específico do Bijagó, até os indivíduos que faleceram antes desta cerimónia são levados a fazê-lo através do **Orebok**. Nestas cerimónias as mulheres encarnam os espíritos dos jovens mortos antes do **Manrase** (fanado) e por um lado através do seu próprio **Manrase** fazerem estes jovens tornarem-se adultos e por outro, passarem a ser filho das mães dos jovens que encarnam, como estas encarnaram e/ou podem encarnar a alma de jovens mortos e passarem a ser também filho de outras mães (Fernandes, 98). Esta pratica reforça não a unidade da sociedade como um todo, como os laços pessoais e simbólicos entre as mulheres "**Orebok**" e a sua respectiva família e as do jovem cuja alma encarna (Fernandes, 98)..

### 5.3. LES SNS, LES MOYENS DE SUBSISTANCE ET LE MARCHE

Entre os dois SNS's objecto deste estudo a disponibilidade em recursos é muito diferenciado não só pelo tamanho dos sítios como igualmente devido as regras de acesso. Nos dois sítios os recursos utilizados na subsistência da população não são exportados do sítio, isto é a sua utilização são confinados ao SNS e é efectuada de uma forma mais intensiva durante a altura das cerimónias dado a concentração de maior número de pessoas no interior do SNS.

Salienta-se no entanto que em situações muito particulares de crises alimentares e outras situações críticas as interdições podem ser levantadas em algumas áreas do SNS (**Desmandjido; desmalgoçado**<sup>26</sup>) de forma a permitir acesso e uso de certos recursos a exemplo dos solos para agricultura, colecta e exploração de recursos florestais, colecta de moluscos e crustáceos, etc. mas exclusivamente destinados a subsistência.

### 5.4. LES SNS, LES SERVICES ENVIRONNEMENTAUX ET L'ADAPTATION AU CHANGEMENT CLIMATIQUE

No caso específico do SNS de Colage a disposição a volta da Tabanca contribui para a criação de um microclima muito especial e ameno no interior da tabanca. Tornou-se numa reserva genética importante em relação as outras formações vegetais existentes. Dado ao seu tamanho o efeito que poderá ter sobre os efeitos das mudanças climáticas é bastante

---

<sup>26</sup> Contrário de **Mandjido** (interdito) ou **Malgoçado** (acesso exclusivo aos iniciados e aos que devem fazer a cerimonia de iniciação);

reduzido, contrariamente ao SNS de Bijante, que dispõem de uma área florestal muito maior e com diferentes ambientes reconhecido (florestas, mangal, vasa, etc.) muito reconhecidos pelas suas capacidades de sequestração do carbono. A presença do Mangal no SNS de Bijante, reforça o papel de protecção da costa sobretudo considerando que se situa num ambiente insular e raso muito frágeis e ameaçados pelas subidas do mar e seus efeitos. O mangal, em combinação com os rios e as zonas de vaza são igualmente reconhecido por serem ecossistemas muito produtivos, o que permite a existência de uma biodiversidade importante e considerável que o utiliza como refugio, zona de desova, crescimento e alimentação.

Ambos os SNS's constituem reservas genéticas muito importantes e contribuem de forma indiscutível para a protecção do solo, a reposição do lençol freático e para a manutenção e conservação do património social e cultural.

## 5.5. LE POTENTIEL DES SNS POUR LE DEVELOPPEMENT DURABLE [ACCES INTRAGENERATIONNEL ET INTERGENERATIONNEL AUX RESSOURCES, EQUITE, REDUCTION DE LA PAUVRETE]

O conceito de durabilidade está aqui muito interligado ao papel dos SNS's na reprodução social, manutenção e renovação do património cultural interligação do SNS e ao desenvolvimento de uma identidade social. Igualmente importante é o facto de permitir a interligação no espaço e no tempo entre dois mundos, o real actual e o dos antepassados representados pelas suas almas e divindades através de pessoas iniciadas. A interligação entre as sociedades e os respectivos SNS traduzem modelos sociais e culturais adaptados a conservação e a sustentabilidade dos recursos naturais. As regras actuais de acesso e uso dos recursos do SNS permitiram manter a sua existência até aos nossos dias. O respeito destas regras pelas gerações actuais poderão garantir o acesso e o uso as gerações vindouras.

Estas regras não permitem as diferentes gerações da população actual um acesso equitativo ao recursos, pois que normalmente só a partir de uma certa idade e depois de inúmeras cerimónias que o individuo reúne as condições necessárias para realizar a cerimonia de iniciação do SNS. E só os iniciados tem acesso aos recursos do SNS de forma corrente, isto é no seu dia-a-dia. As gerações futuras poderão vir a ser penalizadas caso as regras de uso e acesso não forem suficientemente fortes para resistirem sobretudo as pressões do exterior, a exemplo do que vem acontecendo com o SNS de Colage. Não é certo que as gerações futuras terão o mesmo tipo e as mesmas quantidades de recursos actualmente utilizados no SNS sobretudo considerando as mudanças das condições naturais e em especial do clima e o aumento da pressão antrópica. Tudo aponta que estes recursos poderão ser cada vez menores e/ou mesmo escassear se o ritmo dos factores de pressões actuais continuarem.

Na altura das cerimónias e em situações de crise os recursos do SNS ajudam a atenuar as necessidades em matéria de segurança alimentar. Há que salientar no entanto que estes os recursos extraídos nos SN's não podem ser vendidos e destinam-se exclusivamente ao consumo local.

## 5.6. PRESSIONS ET MENACES DES MODES D'EXPLOITATION DES RESSOURCES ET DES SYSTEMES DE GESTION

As ameaças maiores são tanto naturais como antrópicas. As naturais advêm sobretudo das mudanças climáticas e seus efeitos sobre a zona costeira, e em especial em relação ao SNS de Bijante, onde o contexto de insularidade, pode tornar os impactos do clima mais expressivos e devastadores.

As ameaças antrópicas maiores provem sobretudo das pressões exterior e do seu lobbies que são muito fortes e podem levar a abertura dos SNS a todos os tipos de exploradores cujo interesse único é o benefício monetário. A estes se conjugam muitas vezes aos interesses políticos dos decisores, que são muito mais fortes e de peso em relação ao poder tradicional local. Este tipo de situação é exemplificado pelo SNS da Ilha de Maio que foi "*Desmalgoçado*" através de uma grande cerimónia imposta pelo estado e financiado por promotores turísticos desejosos de implantarem uma infra-estrutura no local, que é de uma beleza paisagística incomparável. Outros exemplos poderiam ser citados.

A noção do valor e a extrema pobreza as populações locais, neste contexto são outros factores que podem levar os gestores dos SNS a cederem estes sítios em troca de bens imediatos e de pouco valor, como foi o caso da cedência de partes da ilha sagrada de Rubane,<sup>27</sup> de partes da ilha de João Vieira a promotores turísticos estrangeiros. Estes factos aliados a um desenvolvimento muito desorganizado do turismo (uma das formas de pressão acima referida) levam a banalização da cultura e ao desrespeito das normas de gestão dos SNS's. Mas nesta perspectiva a ganância e a usurpação dessas pela estrutura do poder tradicional e/ou dos seus representantes máximos levam estas muitas vezes a fazerem concessões em relação a estas regras e a ditarem as suas decisões em relação as outras instituições de poder tradicional e a população em geral. Esta perspectiva leva muitas vezes a que as zonas mais críticas no ponto de vista sociocultural e religioso das populações sejam apropriadas e alienadas pelas pessoas responsáveis pelo poder.

A contradição com alguns aspectos do processo de "modernidade" levam alguns a considerar estes sítios como expressão de subdesenvolvimento, da barbárie, e de entraves aos processos de "modernização" e da "acção civilizadora", esquecendo-se que a fonte das nossas inspirações e sabedorias. Esta percepção levam muitas vezes a sobrepor os ditos "objectivos de desenvolvimento e interesses nacionais" a conservação dos SNS.

A pesca e o desenvolvimento demográfico são outros factores de pressão que importa salientar. A migração de pescadores da sub-região para as áreas de pesca localizadas no entorno de ilhas e sítios sagrados é muito frequente no arquipélago Bolama-Bijagós, devido ao facto destes pescadores não terem qualquer relação com o recurso, não reconhecerem o poder tradicional e pretenderem normalmente pescar em zonas de maior produção pesqueira. Isso leva-os a criarem muitas vezes acampamentos em zonas consideradas sagradas pelas populações locais e a pescarem em águas no interior dos SNS's, criando conflitos intensos e que normalmente degeneram em actos de violência com a população local e/ou com as estruturas de conservação presentes na zona. Há que considerar que não existe uma grande

---

<sup>27</sup> Terras da tabanca foram trocadas por chapas de zinco, canoas e motores fora de bordo concedidos a alguns chefes tradicionais.

tradição da pesca na Guiné-Bissau e em geral a pesca mais intensiva é efectuada por pescadores originários da sub-região e especial do Senegal e da Republica da Guiné.

Muitos aspectos como a implantação de novas zonas de colonização, o turismo, mudanças agrárias (técnicas, tipos de culturas, etc.), políticas fundiárias, mudanças religiosas podem igualmente afectar o papel SNS. Com efeito assiste-se hoje a uma proliferação de igrejas tanto de confecção muçulmana como cristãs e que põem em causa as regiões naturais muito ligadas aos SNS.

## 5.7. RECOMMANDATIONS EN VUE DU RENFORCEMENT DU STATUT DE CONSERVATION ET DES AUTRES FONCTIONS DES SNS

O reconhecimento legal do SNE é uma necessidade urgente, embora seja um processo em os Estados e os Governos, como em relação aos programas ambientais normalmente recusam-se a suportar os custos de transacção que são muito levados, e em geral, carecem de criação de estruturas mais apropriadas para o efeito.

No caso específico da Guiné-Bissau e para responder as disponibilidades da lei seria necessário reforçar institucionalmente e capacitar os serviços de cartografia e cadastro, o SIG INEP & planificação Costeira e o Instituto da Biodiversidade de forma a procederem a identificação, recenseamento, caracterização e a cumprirem com as disponibilidades necessárias a legalização dos SNS, de acordo com o quadro jurídico-legal actual. Em paralelo estudos mais aprofundados devem ser realizados com vista a melhorar o quadro legal relacionado com os SNS, os quais ainda apresentam inúmeras lacunas que devem ser suprimidas.

As leis mencionadas mais acima já tratam alguns aspectos de formalização e protecção do SNS, mas estamos em crer que os procedimentos de formalização devem ser menos burocráticos e simples, ao mesmo tempo que os mecanismos de conservação e gestão devem ser reforçados para que a responsabilidade seja melhor partilhada entre as estruturas do estado e as estruturas tradicionais do poder. Nessa perspectiva consideramos que todas as SNS, uma vez localizados no interior das áreas protegidas devem ser automaticamente reconhecidas, e os respectivos limites assim como os direitos de acesso e uso devem fazer parte não só dos planos de gestão como dos regulamentos respectivos a essas áreas protegidas. Mecanismos financeiros deverão igualmente ser automaticamente previstos de forma a assegurar as cerimónia socio-culturais e religiosa inerentes a estes SNS.

Fora das áreas protegidas os SNS deve ser igualmente reconhecidos administrativamente uma vez que esta necessidade seja expressa pelas comunidades e/ou pelas instituições de conservação uma vez reconhecida o seu valor ecológico e sociocultural.

Em geral as estruturas vocacionadas para a conservação e para a pesquisa socioeconómica e cultural deverão acompanhar progressivamente o processo de estabelecimento e o desenvolvimento destas áreas. Os resultados poderão não só melhorar a percepção como os mecanismos de gestão dos SNS.

## PARTIE VI: LES ACTEURS LOCAUX ET LA CONSERVATION DES SNS [3 PAGES]

### 6.1. ROLE DES COMMUNAUTES LOCALES DANS LA CONSERVATION DES SNS

As comunidades locais participam directamente através das suas estruturas de poder tradicional no processo de gestão e conservação dos SNS (ver igualmente ponto 4.5). Nos casos mais específicos em que estes se encontram localizados dentro das Unidades de conservação então a população através dos seus representantes igualmente participam no processo de gestão através dos Comités de Gestão dos Parques, estrutura cuja competência é definida por lei e na qual participam por regra um representante das estruturas tradicionais, um representante da tabanca e um representante dos jovens. Esta estrutura aprova o plano de gestão, os orçamentos, os programas e os respectivos relatórios de execução e os regulamentos internos das unidades de conservação.

Fora das unidades de conservação e apesar de existirem algumas disponibilidades que por lei poderiam ser implementadas no quadro por exemplo da lei das florestas, reconhecimento por ordem de serviço do Ministério de tutela do Ambiente etc. pouco foi desenvolvido em termos práticos neste sentido. Isto significa que sobretudo fora das unidades de conservação os SNS são geridos quase de forma exclusiva pelas leis e regras tradicionais.

As leis e as regras tradicionais são respeitadas pelas comunidades locais sobretudo as leis e regras relacionados com os sítios sagrados. Este procedimento é visto não só como um acto de assumpção e de respeito pela sua própria cultura, mas igualmente, como um acto que os identifica com uma sociedade e conseqüentemente os distingue de outras. Como normalmente as punições relativas as transgressões não são assumidas por um indivíduo em particular, mas por divindades ligadas a alma dos seus ancestrais, o respeito e o fazer respeitar das regras de acesso e uso dos SNS e dos seus recursos é visto com um acto normal da vida da sociedade. Pelo facto toda a comunidade envolve-se em fazer cumprir estas regras, inclusive muitas vezes excomungando e ou banindo as pessoas refractárias da sociedade e/ou excluindo-as de outras praticas sociais, por exemplo, da participação nas cerimoniaes fúnebres dos seus familiares mais próximos.

### 6.2. LA QUESTION DE L’ACTION COLLECTIVE [REGLES ET NORMES INTERNES ORIENTEES VERS DES OBJECTIFS DE CONSERVATION]

Alguns destas acções de caracter colectivo foram referidos anteriormente. As regras de conservação, isto é de acesso e uso dos recursos são igualmente aplicados fora dos SNS. Em geral estas concernem sobretudo aos tabus e as interdições que podem ser permanentes ou temporários e normalmente marcadas pela acção de “*malgoça*” ou “*mandjidura*”. Área, recurso ou pessoa “*malgoçado*” ou “*mandjido*” não podem ser utilizados ou ameaçados por

qualquer indivíduo até que estes sejam levantados. Na verdade estas acções podem ser consideradas como tabus impostos pelas tradições e pelos costumes e que se destinam a proteger com maior especificidade determinado tipo de áreas e ou de recursos, mas que também podem ser utilizadas para proteger, sancionar, penalizar ou mesmo banir indivíduos da comunidade. Estes tabus podem ser diferenciadamente aplicados a segmentos sociais, habitats, espécies, métodos, técnicas e com a função de proteger, regular o acesso (espacial e temporal) e o uso do recurso, os métodos utilizados (Colding & Folk, 2001). Neste particular algumas espécies são consideradas sagradas e/ou mesmo assumidas como um símbolo religioso ou a encarnação dos humanos o que lhe confere um estatuto muito especial de protecção nas sociedades concernentes.

Em geral estas regras e tabus não são incorporadas nas leis formais e são elaboradas, aplicada e seguidas pelas próprias comunidades. Uma vez elaboradas e apropriadas são difíceis de alterar porque são assumidas como uma tradição. A sua infracção ou violação levam a sanções, nomeadamente oferendas (animais, aguardente, comida, etc.) as suas divindades, cerimónias de purificação ou mesmo interdição de participação em algumas cerimónias sociais. Nos casos mais graves pode incluir mesmo a morte<sup>28</sup>, em geral, aplicada por seres sobrenaturais (*irans*<sup>29</sup>, *feiticeiros*, etc.) impossíveis de controlar pela sociedade, para que não venha a ser um factor de conflito dentro da sociedade.

### 6.3. RÔLE DES ONGS/ACTEURS ASSOCIATIFS

No território de ambos os sítios são pouco visíveis as acções desenvolvidas pelas ONG's e outras estruturas associativas. No caso específico de Colage é sobretudo a intervenção das estruturas do PNTC que levou a construção de uma escola, uma unidade de saúde de base e pontos de água (poços). A ONG Acção para o Desenvolvimento intervêm igualmente no sector de São Domingos, salientando que através desta ONG foi criada a rádio comunitária "Kasumai", e desenvolvidas vários processos metodológicos para apoiar a comunidade a adoptar boas práticas, a conhecer e a ter uma boa relação com o seu meio ambiente salientando-se: as **escolas de verificação ambiental** na qual são a educação ambiental é um elemento principal do curriculum escolar e o "**laboratório *modus vivendi***" a partir do qual alunos são incentivados a apreender e a lidar com seu meio ambiente e seus aspectos físico-químicos através da utilização de vários instrumentos (aparelhos utilizados na meteorologia, na caracterização dos solos, etc.) para puderem compreender de forma científica os fenómenos sobre as quais já tinham um certo conhecimento empírico.

Salienta-se que a nível nacional existe toda uma dinâmica da sociedade civil na qual se constata não só uma formação de uma massa crítica como a criação de muitas ONG's ambientais.

---

<sup>28</sup> O que pode constituir indicio da existência de "sociedade secretas".

<sup>29</sup> Divindades que podem ser protectoras e/ou provocadoras de malefícios para a comunidade e indivíduos.

#### 6.4. ANALYSE DES CAPACITES DES ACTEURS LOCAUX POUR LA CONSERVATION ET LA GESTION DURABLE DES SNS

As estruturas tradicionais de gestão do SNS sofrem de um processo interno de capacitação “tradicional” até que estejam a altura de poder gerir os SNS. Este é um processo longo, composto por várias fases de iniciação cujo conhecimento e informação é um tabu sobretudo para os estrangeiros. Protectoras

As estruturas administrativas locais normalmente são estruturas mais políticas e que em preocupam-se mais com as acções de desenvolvimento do que com as de conservação. Regra geral são decisões políticas que levam indivíduos a ocuparem posto nesta estrutura o que faz com que muitas vezes nem sejam qualificados para exercerem as suas funções. Além do mais estas estruturas experimentaram nestes últimos anos, uma grande rotatividade do seu pessoal, devido a instabilidade política administrativa experimentada pelo país nos últimos anos.

Estruturas locais mais permanentes que tem podido sofrer de acções regulares de capacitação são sobretudo as ligadas ao PNTC e a Reserva da Biosfera, em especial os respectivos directores, os respectivos funcionários. Estas acções de formação e capacitação só pontualmente em ramo de projectos concretos atingem as comunidades locais. No caso específico das acções desenvolvidas em Colage estruturas de gestão foram criadas e capacitadas para as poderem gerir devidamente.

#### 6.5. RECOMMANDATIONS

O quadro simplificado em que foi realizado este estudo não permite aprofundar o conhecimento sobre os actores locais e suas implicações na gestão SNS. Este tipo de estudo exige a acção de investigação seja efectuada a médio e longo prazo, e participativa de forma a permitir que o investigador seja acolhido e aceite pela comunidade como um dos seus membros. Só assim se poderá melhor discernir o papel dos actores locais e em especial das instituições tradicionais na conservação do SNS. É igualmente importante que sejam criados mecanismos destinados a apoiar não só a realização das cerimónias inerentes aos SNS, mas igualmente, que os seus gestores sejam capacitados com conhecimentos susceptíveis de melhorar a sua gestão.

Um trabalho de sensibilização sobre a importância desses sítios deve ser desenvolvido junto de outros actores locais, como as ONG's, administração local, empreendedores privados, etc. Sobretudo em relação as estruturas de conservação deve ser desenvolvido todo um trabalho de capacitação para que estejam a altura de identificar, caracterizar, avaliar a importância ecológica e implementar os procedimentos necessários a formalização e a conservação dos SNS.

## PARTIE VII : OPTIONS LEGALES, POLITIQUES ET ADMINISTRATIVES D'INSTITUTIONNALISATION DES SNS [4 PAGES]

### 7.1. REVUE DES SCHEMAS LEGAUX ET ADMINISTRATIFS [STATUTAIRES] EXISTANTS

Na base do sistema legal existente é possível conceder um estatuto legal a um SNS (ver ponto 4.6. deste documento). Mas existem nas leis existentes algumas lacunas. Põem-se o problema da necessidade de leis e regulamentação mais específica para este tipo de áreas que sobretudo quando se trata de SNS's localizados fora das unidades de conservação (ver ponto 4.6), não são considerados de forma clara na lei da terra. Além do mais os SNS podem ter funções múltiplas e que podem não ser exclusivamente relacionados com a conservação. Aliás devido a falta de regulamentos de aplicação dessas leis existe uma indefinição sobre os procedimentos inerentes de oficialização. Dispositivos legais específicos deverão igualmente ser considerados nas futuras leis e regulamentos relacionados com o ordenamento do território nacional.

Existe igualmente nessas leis um indefinição quanto a instituição e ou estrutura responsável pela implementação dos procedimentos necessários a formalização do SNS. Importa que este aspecto seja igualmente definido na lei, considerando também todo o processo de descentralização das estruturas administrativas previstas para os próximos tempos.

### 7.2. POSITIONS ET VUES STRATEGIQUES DES ACTEURS [SUGGESTIONS ET PROPOSITIONS DES GROUPES D'ACTEURS CONSULTES]

Para as estruturas tradicionais o SNS é um legado dos seus antepassados e que pelo facto não podem abandonar ou exteriorizar. Mas denotam sobretudo da parte da administração o não respeito dos SNS quando existem interesses económicos e políticos em jogo. Mas julgam que mesmo neste tipo de situação as suas divindades e espíritos protectores os ajudam a resolver os problemas que podem advir de eventuais pressões da administração para desapropriação das terras localizadas no interior dos SNS. Há uma confiança quase absoluta e ilimitada na capacidade e poderes das suas divindades, o que os leva a afirmar que os poderes destes tornam o SNS invioláveis e as sanções graves contra os infractores pode inclusive incluir a morte<sup>30</sup>.

---

<sup>30</sup> Este facto aponta para a eventual existência de sociedades secretas responsáveis pela execução das sanções mais graves.

Para as estruturas de conservação a exemplo do IBAP, estas áreas devem ser conservadas ao menos que sejam como unidades de conservação local, isto é com importância para as comunidades residentes locais. Não só permitiria a manutenção de nichos ecológicos específicos fora das áreas protegidas como ainda através de uma rede conectada de SNS's nacional puder contribuir para a manutenção da biodiversidade e o aprovisionamento de serviços do ecossistema muito importante para o conforto e bem-estar das comunidades locais. Já consideram os SNS nos planos de zonagem das unidades de conservação, embora reconhecem, que ainda, mesmo dentro das unidades de conservação, nem todas dispõem de mecanismos mais específicos de gestão, sobretudo quando localizados fora das zonas centrais e de protecção integral. Em geral na medida do possível concedem apoios materiais e logísticos para a realização de cerimónias socio-religiosas ligados aos SNS localizados dentro das unidades de conservação. Aliás nas suas intervenções procuram sempre respeitar as regras e os hábitos tradicionais das comunidades étnicas com as quais trabalham.

Para as ONG's os SNS é considerado ainda como um tema tabu e que diz respeito exclusivo as comunidades locais, pelo que entendem que não devem imiscuir-se na sua festão e/ou conservação. Mas na medida do possível procuram valorizar e dar a conhecer os aspectos da cultura, da dança e do folclore étnico nos grandes eventos locais e nacionais.

Problemático é a posição das estruturas administrativas. Embora reconheçam o direito de existência dos SNS, julgam que este não deve constituir uma barreira a modernidade, ao desenvolvimento e ao equipamento das zonas em questão. Para estas estruturas os interesses nacionais devem predominar em relação aos interesses locais e conseqüentemente quando estes interesses existem não devem ser postos em causa. Mas é percepção da população de outros actores de que é a fragilidade destas instituições em especial no ponto de vista do nível dos respectivos quadros, financeiro e material que os leva muitas vezes a se enveredarem pela corrupção, inclusive a custa de sacrifícios da maioria da população, a exemplo de algumas concessões efectuadas nos Bijagós.

### 7.3. LES SNS ET LA QUESTION DES DROITS COMMUNAUTAIRES AUX ESPACES ET AUX RESSOURCES

Os espaços e os recursos dos SNS's estudados são considerados propriedades tradicionais das respectivas comunidades embora estes espaços e recursos, a excepção dos iniciados, são interditos temporalmente aos outros elementos da comunidade uma vez que numa fase bem determinada das suas vidas podem vir a tomar parte no processo de iniciação e conseqüentemente virem a ter direito de acesso ao espaço e os recursos do SNS.

Salienta-se que é vista como um elemento central no ordenamento do território da tabanca, pois que é em geral considerado como o lugar em que os seus antepassados estabeleceu o pacto com o espírito do lugar, para poder viver aí em paz e ter acesso aos espaços e os recursos a volta. Mas é também o lugar em que após várias fases cerimoniais normalmente realizado em outros espaços do território ao longo da vida de qualquer individuo pertencente a comunidade, este vem comungar-se com os espíritos dos seus antepassados, tornando-se após, um adulto com direitos reconhecidos por toda a sociedade. Portanto é um elemento do território comunitário, com funções específicas, como os outros elementos, mas que tem uma posição e um papel mais determinante na vida sócio-religiosos e cultural da

comunidade. Pode determinar por exemplo, o uso dos espaços agrícolas, na medida em que, deve ser efectuado o uso das zonas agrícolas mais produtivas e susceptíveis de ter uma boa produção na campanha agrícola que precede a cerimónias de iniciação; Pode igualmente levar demarcar zonas de palmares naturais, mangal ou vasa, para assegurar respectivamente a produção de vinho de palma, peixes e moluscos necessários a subsistência dos participantes da cerimonia e inclusive pode determinar a utilização de outros espaços sagrados e não sagrados a realização de ritos e actividades que precedem a cerimonia de iniciação.

#### 7.4. IDENTIFICATION ET ANALYSE CRITIQUE DES OPTIONS POTENTIELLES DE RECONNAISSANCE STATUTAIRE

As disposições legais relacionadas com os SNS apresentam ainda algumas lacunas (ver ponto 3.6), que têm que ser devidamente cobertas sobretudo ao nível da revisão do quadro legal e institucional para o ambiente e a conservação.

**A lei da terra (1998):** garante no seu artigo 7º sobre as áreas protegidas, o direito de acesso as populações residentes nas Comunidades Locais aos Matos Sagrados e a outros sítios de importância cultural e sociais situados no interior das áreas protegidas. No seu artigo 17º reconhece o uso consuetudinário de terras mesmo fora das áreas protegidas as comunidades locais, mas sem prejuízo do que venha a ser disposto em legislações próprias. O que indica que fora das áreas protegidas os SNS não são tratados de forma a considerar a sua especificidade mas sim são incluídos e tratados de forma geral como terras de uso consuetudinário. A sua inclusão como terras de uso consuetudinário já é um avanço. Mas há que considerar que uma vez fora das áreas protegidas não dispõem de forma clara de disposições mais específicas de protecção ou de protecção dos seus espaços e recursos, isto é reiterando os direitos das comunidades proprietárias ou mesmo interditando a sua alienação, acaparação ou mesmo expropriação. Além do mais a ressalvas existentes no artigo 17 demonstram que o reconhecimento do consuetudinário não tem primazia em relação ao que vier a ser disposto em outras leis o que abre possibilidades a implementações de acções que venham a prejudicar a comunidade. Estes aspectos, devem ser estrategicamente considerados no quadro das novas revisões da lei da terra, de forma a melhor proteger os SNS's.

**A nova lei florestal** observa e trata os SNS's unicamente na perspectiva do sector, isto é como uma concessão florestal, inclusive sujeitas a supervisão técnica da DGFF, o que demonstra o total desconhecimento sobre a função dos SNS, as regras e a interdições que sobre elas possam existir, ou seja, não é tratado na lei de forma mais específica e diferenciadas. Assim podem ser abertos possibilidades de uso que podem vir a ser contrários aos dos SNS's e aos objectivos que levaram a sua existência.

**A Lei-quadro das áreas protegidas** em relação as outras leis é a que enquadra e trata melhor os SNS (ver ponto 3.6), embora aqui o identifica como "florestas sagradas", embora os SNS possam ter outras formas e especificidades. Aliás um tratamento mais abrangente é efectuado pela proposta de estatuto da Reserva da Biosfera, embora haja, um recurso a outras leis em vigor que possam igualmente reconhecer os SNS's.

Tudo aponta para a necessidade de adopção de um quadro legal mais específico para este tipo de áreas, que deve ser reconhecido ao mais alto nível (Governo, Assembleia Nacional, etc.) uma vez que no quadro das leis sectoriais existem lacunas, cujo aproveitamento poderão constituir ameaças para a existência dos SNS's. Aliás as leis existentes não respondem a grande as características, funções e variedades dos SNS. É nessa perspectiva que estudos mais abrangentes devem ser efectuados de forma a assegurar uma melhor protecção dos SNS's, a sua inviolabilidade, o seu estatuto fundiário, a conservação dos seus recursos, e a continuidade das suas funções para as populações locais. Igualmente importante é a definição da instituição encarregue da aplicação e seguimento dessa lei em conjunto com as estruturas tradicionais de poder.

Nos sistemas de gestão tradicional os SNE já são reconhecidos. Há que definir um procedimento progressivo de delimitação e reconhecimento administrativo, mais simplificado, como uma unidade de conservação do tipo comunitário (ou outras tipos), sobretudo quando se encontram localizados fora das unidades de conservação.

## 7.5. PRESENTATION DES OPTIONS/SCENARII PREFERENTIELS ET ANALYSE INSTITUTIONNELLE DES COUTS ET BENEFICES

Em geral a aplicação das leis tradicionais não implicam custos substanciais para a manutenção das instituições responsáveis pela protecção do SNS, pela aplicação dos direitos de acesso e uso e mesmo para a aplicação das sanções. Os custos de transacção são mínimos, uma vez que muitos destes aspectos são incorporados na cultura e nas práticas sociais, e que vão sendo apropriados progressivamente pelos indivíduos na medida que cresce a sua responsabilidade social.

A sua formalização através de um quadro jurídico-legal específico e adaptado integrando os aspectos de gestão tradicional, reforçara a sua protecção em relação as ameaças potenciais que em geral vem mais das pressões exteriores as comunidades. Este quadro jurídico-legal terá que ser muito flexível e susceptível de se adaptar a variada características, natureza, funções e formas de gestão existentes em relação aos SNS's.

A sua formalização pelas leis positivas implicará necessariamente a criação de um quadro legal adaptado, instituições apropriadas e processos de transacção específicos que implicarão custo que têm que ser suportados pelas estruturas do Governo vocacionadas, os quais, são difíceis de serem suportados pelas comunidades devido a suas respectivas situações socioeconómicas. Possibilidades valorização económica alternativa vão depender muito da natureza do sítio, mas em geral, a exemplo dos dois sítios estudados, é interdito a entrada dos não iniciados o que dificulta o desenvolvimento, no seu interior, de actividades que não estejam estritamente ligados as respectivas cerimónias.

## 7.6. LES SNS ET LE SYSTEME NATIONAL DES AIRES PROTEGEES

### **Etat des lieux :**

O ponto 3.6 e o ponto 7.4 referem-se a disposições legais que relacionam os SNS ao SNAP. Em geral os SNS são reconhecidos no interior dos limites das áreas protegidas e podem ser formalizados por ordem de serviço da instituição governamental de tutela do sector do ambiente e das áreas protegidas. Põem o problema dos SNS fora dos limites das áreas protegidas, pois que a lei da terra garante o acesso aos SNS (matos sagrados), mais implicitamente as formas de uso consuetudinários não tem primazia sobre outras leis sectoriais, o que pode criar situações de conflitos de interesse entre as comunidades e os diferentes sectores de desenvolvimento. Nessa perspectiva a sua formalização torna-se necessária o que poderá ser mais efectivo através de uma lei-quadro específico a este tipo de áreas.

### **Arguments pour une incorporation systémique :**

Estando no interior de uma área protegida pode ser incorporado no plano de zonagem, transformando-se assim num instrumento de gestão muito importante do espaço e dos recursos, da mobilização e implicação da população na co-gestão. Embora em relação as Unidades de Conservação sejam de tamanho muito pequeno, podem constituir importantes nichos ecológicos, conterem reservas genéticas importantes para a reconstituição do habitat e da população de algumas espécies animais e vegetais e em resumo puderem desempenhar um papel ecológico importante nas diferentes zonas do parque, e/ou como corredores assegurando a conectividade entre as diferentes zonas no interior do parque, zonas críticas para algumas espécies e reservas genéticas. Além do mais estão geralmente a eles articulados um acervo de conhecimento tradicional sobre a gestão do espaço e dos recursos. Os SNS quando ecologicamente importantes são indissociáveis do resto do território e de outros espaços e ecossistemas com os quais se articulam através de processos ecológicos que se desenvolvem a escalas diferentes.

Mesmo incluídos nas unidades de conservação estes sítios devem conservar as suas funções como SNS, o que é garantido na lei-quadro das áreas protegidas. Quando os SNS são de grande valor ecológico a sua dissociação do sistema restante é temporário e unicamente durante o período de iniciação e está relacionada unicamente com os direitos de acesso, uso e realização de práticas socio-religiosas e culturais concedidos a população local, mesmo no caso de os SNS estarem localizados na zona central de uma unidade de conservação onde as restrições são maiores e a zona sujeita, em consequência, a um sistema de protecção integral.

### **Arguments pour une dissociation systémique :**

A dissociação sistémica das Unidades de conservação tornam-se muito difíceis, porque em geral os SNS apresentam grande valor ecológico e estão relacionados a acervos tradicionais de conhecimento muito elaborados em matéria de gestão de espaço e de recursos. Ambos os aspectos são importantes para a consolidação dos Sistemas Nacionais de Áreas Protegidas e a melhoria da sua co-gestão.

Não é de excluir a possibilidade de existir SNS que pelas suas características, localização, fraca representatividade de ecossistemas e da biodiversidade e ou mesmo pelas suas funções,

não disporem de valor ecológico e patrimoniais importantes que os levem a ser integrados numa unidade de conservação. Nestas circunstâncias poderia ser reconhecido como um SNS devido a outros valores que poderá representar sem necessariamente ser incluído no Sistema Nacional de Áreas Protegidas.

## 7.8. LES SNS ET LE RAMPAO

No quadro da expansão do RAMPAO e na melhoria da representatividade dos ecossistemas nos SNAP, melhoria dos mecanismos de co-gestão e no apoio ao cumprimento de alguns dos engagements nacionais na Conferencia de Nagoya, faz todo o sentido que no quadro da RAMPAO seja lançado:

- Programas de pesquisa com base no reforço das capacidades nacionais para melhor conhecimento dos SNS, sobretudo em termos do seu valor ecológico e mecanismos tradicionais de gestão a eles inerentes;
- Apoiar a avaliação de possibilidades do seu enquadramento institucional e jurídico-legal de forma a melhor puder integrar nos mecanismos de conservação existente ao nível dos diferentes países;
- Aconselhar nas melhores formas de articulação dos SNS com o SNAP.

A inclusão do SNS nos SNAP's ajudarão a expandir a cobertura destes últimos ao nível nacional, permitindo respectivamente aos países cumprirem os seus objectivos de Nagoya o que terá impactos positivos em termos de representatividade ecossistêmica, tipos e formas de gestão e extensão das unidades de conservação na África Ocidental.

## PARTIE VIII: CONCLUSION GENERALE [1 PAGE]

Os SNS para além do seu papel na reprodução socio-religiosa e na preservação dos valores culturais das comunidades locais exercem no seu conjunto um papel vital para a conservação dos recursos naturais dos ecossistemas. Nas suas funções ajudam preservar amostras representativas de ecossistemas, habitats e da paisagem, diversidade biológica, e contribuem através da conectividade para a manutenção, estabilidade e resiliência de outros sistemas. Encontra-se igualmente articulado a um importante acervo de conhecimento sobre os mecanismos de gestão de espaço e recursos.

Os estudos de caso demonstraram de forma clara as características dos sítios, as formas de gestão, as regras de direito de acesso e uso dos espaços e recursos inerentes aos dois SNS. As regras tradicionais inerentes a sua respectiva gestão são assumidas pelas respectivas comunidades. As pressões exteriores constituem ameaças potenciais a sua existência através de interesses diversos, acesso a benefícios rápidos e imediatos, a corrupção e/ou mesmo influenciando as próprias comunidades. No entanto, é de considerar também que o quadro jurídico-legal existente apresenta ainda zonas de penumbra no seu tratamento, o que poderá criar conflitos de interesse potenciais com os diferentes sectores de desenvolvimento e

constituírem ameaças que poderão, em determinadas circunstâncias, comprometerem a existência do SNS.

Dans le court terme, pour juguler les contraintes susmentionnées qui représentent des obstacles pour une gestion efficace et efficiente des sites naturels sacrés, des mesures ci-après s'imposent :

#### **Défis et Opportunités au Niveau National :**

A situação actual dos SNS é marcada por importantes desafios e oportunidades.

O desafio prende-se sobretudo com a manutenção das suas funções sócio-religiosas, culturais e ecológicas no contexto actual, que é um legado das gerações anteriores das comunidades em causa. É nessa perspectiva que se torna necessário reforçar o quadro jurídico-legal e institucional – que já o reconhece em algumas das suas disposições - de forma a responder com melhor maleabilidade as características e funções deste tipo de áreas localizadas no interior ou fora das unidades de conservação, e reforçando a sua protecção e as capacidades das estruturas tradicionais responsáveis pela sua gestão.

Existe um reconhecimento e um acréscimo de interesses ao nível internacional e em especial das grandes organizações internacionais e sub-regionais de conservação para este tipo de áreas sobretudo pela contribuição que poderá dar a conservação da biodiversidade e ao desenvolvimento de mecanismos de gestão com base no conhecimento tradicional. É uma oportunidade para os nossos países de desenvolver programas específicos para o recenseamento, caracterização e cartografia das áreas existentes, avaliação do seu valor ecológico e dos serviços que presta a comunidade e ao país, e para o desenvolvimento de programas específicos de pesquisa, apoio ao desenvolvimento do quadro jurídico-legal e institucional necessários a sua conservação.

#### **Perspectives Nationales :**

No passado recente foi efectuado um trabalho de recenseamento e cartografia de sítios, ilhas e ilhéus sagrados no âmbito da criação da Reserva da Biosfera do Arquipélago Bolama-Bijagós. Este trabalho foi timidamente continuado nas unidades de conservação do Sistema Nacional de Áreas Protegidas. Reconhece-se cada vez mais o seu papel na conservação, tanto assim que foi tomado em consideração, embora que ainda de forma insuficiente, por algumas disposições legais. Este trabalho tanto dentro como fora das áreas protegidas deve ser continuado de forma a garantir uma melhor protecção a este tipo de áreas. Este trabalho merece um envolvimento adequado das próprias comunidades, das instituições de pesquisa, da administração local e das estruturas vocacionadas para a conservação.

## REFERENCES BIBLIOGRAPHIQUES

1. Injai, B. (2011). *Estudo sobre os sítios sagrados: Caso de duas matas sagradas da tabanca de Bijante, Ilha de Bubaque, Reserva da Biosfera do Arquipélago Bolama Bijagós*. Bissau.
2. Injai, B. (2011). *Estudo sobre os sítios sagrados: Caso de duas matas sagradas em Coladji, Parque Natural de Tarrafes de Cacheu, Sector de São Domingos, Região de Cacheu*. Bissau.
3. Arbonnier, M. (2000). *Arbres, arbustes et lianes des zones sèches d’Afrique de l’Ouest*. CIRAD - MNHN – UICN.
4. Cardoso F. L. M. et al (Coordenação) ( ). *Os Bijagós: Estrutura e Funcionamento do poder*. Dakar, Senegal. CODESRIA.
5. Cardoso F. L. M. (2011). *Relatório do estudo sobre Culadji*. Bissau.
6. Cardoso F. L. M. (2011). *Relatório do estudo sobre Eticurite*. Bissau.
7. Carreira, A. “*a organização social e económica dos povos da Guiné*”, in BCGP, Nº 64, Bissau.
8. Catarino, F.M.L. (2002). *Flora e Vegetação do Parque Natural das Lagoas de Cufada, Guiné-Bissau*. Instituto de Investigação Científica Tropical. Centro de Botânica, Lisboa 2002. p. 51.
9. CEDEAO & FAO. *Rapport d’étude relative au dialogue sur les forets en Afrique de l’Ouest*. Février 2009.
10. Colding J. & Folke, C. (2001). *Social Taboos: “invisible” systems of local resource management and biological conservation*. In *Ecological applications*, 11(2), 2001, pp 584-600
11. D. Western D. & Wright R.M. (1994). *The background of CBC*. In: *Natural connections - Perspectives in CBC* (D: Western & R.M. Wright eds). Washington D.C.
12. Durkheim, E. (1993) *De la division du travail social*. Paris Alcan. 1º Edição.
13. Fernandes R. M. (1989). *O espaço e o tempo no sistema politico bidjogó*. Soronda, revista de Estudos Guineenses N. 8, Jul. 89. Pag. 5-24
14. Henry, C (1989). *Marinheiro bidjogós : passado e presente*. Soronda, revista de Estudos Guineenses, N. 8, Jul. 89. Pag. 25-46
15. Indjai, B. (2002). *Solos, Agrossistemas e Concessão de Terras na Guiné-Bissau*. SORONDA. Nova Série nº. 5. Pag. 71 – 114.
16. Lei da terra. BO, Nº 5/98 de 23 de Abril.

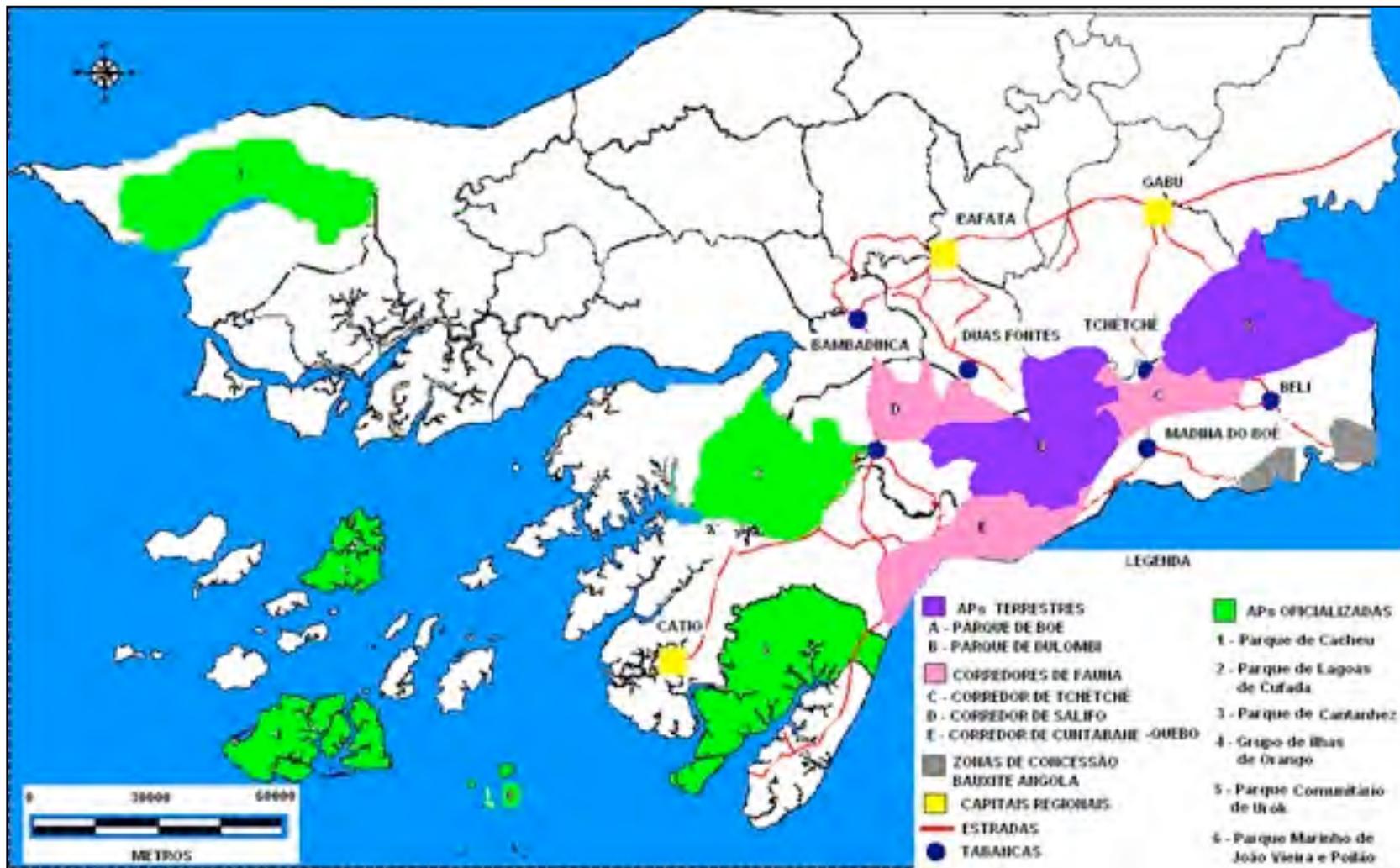
17. Lima, A. S. (1947). *Organização económica e social dos Bijagós*. In Teixeira Da Mota, Prefácio da Memória do CEGP, nº 2.
18. Luís Catarino, Eurico Sampaio Martins, Maria Fernanda Pinto-Basto, Maria Adélia Diniz (2006). *Plantas Vasculares e Briófitos da Guiné-Bissau*. Instituto de Investigação Científica Tropical. Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento. LISBOA – 2006.
19. Marreti, C. C. (2001). *Comunidade, Natureza e Espaço. Gestão territorial comunitária? Arquipélago dos Bijagós, Africa Ocidental*. São Paulo, Brasil.
20. MDRA. *Anteprojecto da lei da fauna e da caça*. Quadé D & Ly I. Bissau, 2009.
21. MDRA. *Anteprojecto da lei florestal*. Quadé D & Ly I. Bissau, 2009.
22. MDRA. *Anteprojecto de estatuto Orgânico da DGFF*. Quadé D & Ly I. Bissau, 2009
23. MDRA. *Anteprojecto do regulamento da caça*. Quadé D & Ly I. Bissau, 2009.
24. MDRA. *Document de politique forestière - Version finale*. Belemvire, A. Projet “Appui au renforcement des capacités nationales de la Guinée-Bissau en matière de gestion durable des terres et de lutte contre la désertification”. 2010.
25. MDRA. *Estratégia de intervenção da DGFF para os próximos cinco anos (2010 – 2014)*. Célula de Estudo, Projectos, e Planificação Florestal. Bissau, 2010.
26. MDRA. *Révision de la politique et des textes juridiques forestiers de la Guinée-Bissau. Etape 1: Rapport diagnostic du secteur forestier*. Belemvire, A. Projet “Appui au renforcement des capacités nationales de la Guinée-Bissau en matière de gestion durable des terres et de lutte contre la désertification”. 2010.
27. Moreira, F.A. (1995). *Usos e concepções das plantas no mato de Cantanhez. Iniciativa de Cantanhez*. Acção para o Desenvolvimento. Guiné-Bissau. 1995. Pag. 6.
28. *Plano Estratégico de Desenvolvimento das Pescas* (Draft final). Ministério das Pescas,
29. PRCM, Programme Régional de Conservation de la Zone Côtière et Marine en Afrique de l’Ouest. *Document de Programme, 1<sup>ère</sup> Phase 2004-2008*. WWF, UICN, Wetlands-International, FIBA. 2004.
30. PRCM. *Stratégie Régionale pour les aires Marines Protégées en Afrique de l’Ouest*.
31. *Projecto de Gestão da Biodiversidade e da Zona Costeira da Guiné-Bissau* - Bureau de Coordenação da Componente Pescas. Setembro, 2008.
32. *Proposta de decreto de criação da Reserva de Biosfera do Arquipélago de Bolama-Bijagós*. Reserva Biosfera 2<sup>a</sup> versão 01 dez. 1997
33. Sales, R. R. (1994). *Gestão tradicional dos espaços e recursos naturais da região Bolama-Bijagós*. São Paulo., Brasil.
34. Scantamburlo, L. (1991). *Etnologia dos Bijagós da Ilha de Bubaque*. ICALP/INEP, Bissau.
35. Simões, L. Babel Negra – *Etnografia, arte e cultura dos indígenas da Guiné*. 1935

36. Sobrevila & Bath. (1992). *Inventário de Flora e Levantamento de Fauna*. Destilaria Cachoeira LTDA. Fazenda Vazante Agropecuária, Tupaciguara, Minas Gerais. 2009. p. 13.
37. UICN/DGFC-MDRA (1993). *Planificação costeira da Guiné-Bissau. Volume 1 – Relatório técnico*. Maretti, C.C. & Sales, R. R (coords.). UICN, Bissau.
38. Wild, R. and Mcleod, C (Editors) (2008). *Sacred Natural Sites: Guidelines for protected Area Managers*. Gland. Switerland: UICN
39. Wild, R. y McLeod, C. (Editores) (2008). *Sitios Sagrados Naturales: Directrices para Administradores de Áreas Protegidas*. Gland, Suiza: UICN.

ANNEXES :



ANEXO: FIGURA 1: Actual sistema nacional de áreas protegidas muito concentrado na zona costeira e respondendo a prioridade inicial da ENC



ANEXO: TABELA 1: SNAP'S INCLUINDO AS NOVAS AREAS PROTEGIDA DO INTERIOR CONTINENTAL

**Tabela 1.** Lista de espécies vegetais identificadas na mata sagrada dos “Camabés”, sitio onde permanecem durante alguns dias, após a saída do mato do fanado.

ESPECIE	NOME VERNÁCULO em crioulo (cr) e bijagó (bj)	FAMILIA
<i>Albizia dinklagei</i> (Harms) Harms	farroba-de-mato (cr); correré (bj)	MIMOSOIDEAE
<i>Alchornea cordifolia</i> (Schumach. & thonn.) Müll.Arg	pó-de-arco (cr); cachumbé, echumbé (bj)	EUPHORBIACEAE
<i>Alstonia congensis</i> Engl.	tagara (cr); cudjésse, quessum (bj)	APOCYNACEAE
<i>Annona senegalensis</i> Pers.	mambomba, pinha-di-mato (cr); ebud (bj)	ANNONACEAE
<i>Ceiba pentandra</i> (L.) Gaertn.	polon (cr); cob-bê, fromager (bj)	BOMBACACEAE
<i>Combretum micrantum</i> G. Don	buco (cr); upatocuma (bj)	COMBRETACEAE
<i>Dichrostakys cinerea</i>	fidida-preto (cr); emudo (bj)	MIMOSOIDEAE
<i>Elaeis guineensis</i> Jacq.	palmera (cr); iará, eárra, iara (bj)	PALMAE
<i>Ficus exasperata</i> Vahl	lingua-di-baca, pó-di-lixá (cr); noii, nopouta (bj)	MORACEAE
<i>Hibiscus sterculiifolius</i> (Guill. & Perr.) Steud.	nacinho (cr)	MALVACEAE
<i>Jatropha gossypifolia</i> L.	pulga-di-mato (cr); nassai (bj)	EUPHORBIACEAE
<i>Landolphia heudelotii</i> A.DC.	folecinho (cr); iatano (bj)	APOCYNACEAE
<b>Mangifera indica</b> L.	pé-de-mango (cr)	ANACARDIACEAE
<i>Morinda geminata</i> DC.	bulongodjiba (cr); obonodje (bj)	RUBIACEAE
<i>Psychotria peduncularis</i> (Salisb.) Steyerl.	pó-di-bras, comida-de-santcho (cr); cubedô, ghupughe (bj)	RUBIACEAE
<i>Sarcocephalus latifolius</i> (Sm.) Bruce	madronha (cr); enhau-nhama, canhame (bj)	RUBIACEAE
<i>Senna podocarpa</i> (Guill.& Perr.) Lock	palha-santa (cr); kpau koronha (bj)	CAESALPINIOIDEAE
<i>Sida acuta</i> Burm.f.	bassora-di-camara (cr); nachano, nassamok (bj)	MALVACEAE
<i>Spondias mombin</i> L.	mandiple (cr); negae, ogae, ugai (bj)	ANACARDIACEAE
<i>Voacanga africana</i> Stapf ex Scott- Elliot	pau-de-borracha (cr); napepe, epopoquê (bj)	APOCYNACEA
<i>Zanthoxylum zanthoxyloides</i> (Lam.) Zepern. & Timler	caquibin (bj)	RUTACEAE

**Nota:** os nomes vernáculos em crioulo e bijagó são abreviados com duas letras: crioulo (cr) e bijagó (bj).

**Tabela 2.** Lista de espécies vegetais identificadas na mata sagrada de fanado dos homens de Bijante.

ESPECIE	NOME VERNÁCULO em crioulo (cr) e bijagó (bj)	FAMILIA
<i>Acridocarpus plagiopterus</i> Guill. & Perr	cahapandá (bj)	MALPIGHIACEAE
<i>Allophylus africanus</i> P.Beauv.	trés-folhas (cr); eredi, epec (bj)	SAPINDACEAE
<i>Annona senegalensis</i> Pers.	mambomba, pinha-di-mato (cr); ebud (bj)	ANNONACEAE
<i>Anthocleista vogelii</i> Planch	caboupa-matcho (cr); cadia, cadjanué, ghodegha (bj)	LOGANIACEAE
<i>Antiaris toxicaria</i> subsp. <i>wlitschii</i> var. <i>africana</i> (Engl.) A. Chev.	po-de-bicho-branco (cr); noii (bj)	MORACEAE
<i>Avicennia germinans</i> (L.) L.	tarrafe (cr); cobaca, cudjuno (bj)	AVICENNIACEAE
<i>Bridelia micrantha</i> (Hochst.) Baill	bissaca (cr); untagué, nuntangui (bj)	EUPHORBIACEAE
<i>Cassia sieberiana</i> DC.	canafistra (cr); caquessequesse (bj)	CAESALPINIOIDEAE
<i>Ceiba pentandra</i> (L.) Gaertn.	polon (cr); cob-bê, fromager (bj)	BOMBACACEAE
<i>Cnestis ferruginea</i> DC.	udju-di-onça (bj); norogo, nerego (bj)	CONNARACEAE
<i>Combretum micranthum</i> G. Don	buco (cr); upatocuma, epuquetema (bj)	COMBRETACEAE
<i>Dalbergia ecastaphyllum</i> (L.) Taub.	econt, econtch (bj)	PAPILIONOIDEAE
<i>Dialium guineense</i> Willd.	veludo (cr); epado (bj)	CAESALPINIOIDEAE
<i>Dichrostakys cinerea</i> subsp. <i>platycarpa</i> (Welw. ex W.Bull) Brenan & Brummitt var. <i>platycarpa</i>	fidida-preto (cr); emudo (bj)	MIMOSOIDEAE
<i>Diospyros heudelotii</i> Hiern	ebangleba (bj)	EBENACEAE
<i>Elaeis guineensis</i> Jacq.	palmera (cr); iará, eárra, iara (bj)	PALMAE
<i>Ipomoea acanthocarpa</i> (Hochst. ex Choisy) asch. & Schweif.	nhambe-di-mato (cr); conhano, canhamo (bj)	CONVOLVULACEAE
<i>Landolphia dulcis</i> (R.Br.ex Sabine) Pichon	cibode, mambimba (cr); erocodo, noropod (bj)	APOCYNACEAE
<i>Lonchocarpus sericeus</i> (Poir.) Kunth	empatanca, cauri (bj)	PAPILIONOIDEAE
<i>Mangifera indica</i> L.	pé-de-mango (cr)	ANACARDIACEAE
<i>Neocaria macrophylla</i> (Sabine) Prance ex F.White	tambacumba (cr); carodo (bj)	CHRYSOBALANACEAE
<i>Parinari excelsa</i> Sabine	mampatace (cr); unikenem, uguene (bj)	CHRYSOBALANACEAE

<i>Psychotria peduncularis</i> (Salisb.) Steyererm.	pó-di-bras, comida-de-santcho (cr); cubedô, ghupughe (bj)	RUBIACEAE
<i>Rhizophora racemosa</i> G.Mey.	tarafe (cr); cóbácá, codega, iranga, uba (bj)	RHIZOPHORACEAE
<i>Saba senegalensis</i> (A.DC.) Pichon	foli-de-lifante (cr); endoni (bj)	APOCYNACEAE
<i>Salacia senegalensis</i> (Lam.) DC.	epó, nepo (bj)	CELASTRACEAE
<i>Sarcocephalus latifolius</i> (Sm.) Bruce	madronha (cr); enhau-nhama, canhame (bj)	RUBIACEAE
<i>Spondias mombin</i> L.	mandiple (cr); negae, ogae, ugai (bj)	ANACARDIACEAE
<i>Trichilia prieuriana</i> A.Juss. subsp. prieuriana	nassarok, nequeno (bj)	MELIACEAE
<i>Uvaria chamae</i> P.Beauv.	banana-santchu (cr); yayai (bj)	ANNONACEAE
<i>Vitex doniana</i> Sweet	cetona-preto (cr); ubumbo, ubunvo (bj)	LABIATAE
<i>Voacanga africana</i> Stapf ex Scott- Elliot	pau-de-borracha (cr); napepe, epopoquê (bj)	APOCYNACEAE
<i>Ximenia americana</i> L.	limon-do-mato, limon-di-santchu (cr); agara (bj)	OLACACEAE
<i>Zanthoxylum leprieurii</i> Guill. & Perr.	eranha (bj)	RUTACEAE
<i>Zanthoxylum zanthoxyloides</i> (Lam.) Zepern. & Timler	Caquibin, caquebem (bj)	RUTACEAE

**Tabela 3.** Lista de espécies vegetais identificadas em duas matas sagradas (homens e mulheres) de Coladji e nos arredores.

ESPECIE	NOME VERNACULO	FAMILIA
<i>Adansonia digitata</i> L.	cabacera (cr)	BOMBACACEAE
<i>Albizia adianthifolia</i> (Schumach.) W.Wight	faróba-de-lala (cr); eguió (cr)	MIMOSOIDEAE
<i>Anthostema senegalense</i> A.Juss	binhalé, pó-de-lite (cr); tula, bila (fl)	EUPHORBIACEAE
<i>Antiaris toxicaria</i> subsp. <i>welwitschii</i> var. <i>africana</i> (Engl.) A.Chev	pó-de-bitchu-amarelo (cr); budoó (fl)	MORACEAE
<i>Ceiba pentandra</i> (L.) Gaertn.	polon (cr); bodelom (fl)	BOMBACACEAE
<i>Cercestis afzelii</i> Schott	manfafa-di-mato (cr)	ARACEAE
<i>Cissampelos mucronata</i> A.Rich.	oredja-de-rato (cr); bonó (fl)	MENISPERMACEAE
<i>Combretum micrantum</i> G. Don	buco (cr); boleo (fl)	COMBRETACEAE
<i>Detarium senegalense</i> J.F.Gmel.	mambode(cr); bubongha (fl)	CAESALPINIOIDEAE
<i>Dialium guineense</i> Willd.	veludo (cr); equitenhalé (fl)	CAESALPINIOIDEAE

<i>Dichrostakys cinerea</i>	fidida-preto (cr); erequebo (fl)	MIMOSOIDEAE
<i>Elaeis guineensis</i> Jacq.	palmeira (cr); djir (fl)	PALMAE
<i>Ficus dicranostyla</i> Mildbr.	djambó (cr)	MORACEAE
<i>Ficus exasperata</i> Vahl	lingua-di-baca (cr); etió (fl)	MORACEAE
<i>Landolphia heudelotii</i> A.DC.	folezinho (cr); efeb (fl)	APOCYNACEA
<i>Luffa cylindrica</i> (L.) M.Roem.	djadar, pipino-di-mato (cr)	CUCURBITACEAE
<i>Macaranga heterophylla</i> (Müll.Arg.) Müll.Arg.	bambacó (fl)	EUPHORBIACEAE
<i>Malacantha alnifolia</i> (Baker) Pierre	echialo (fl)	SAPOTACEAE
<i>Mangifera indica</i> L.	pé-de-mango (cr); mango (fl)	ANACARDIACEAE
<i>Morelia senegalensis</i> A.Rich.	buguio (fl)	RUBIACEAE
<i>Mucuna pruriens</i> (L.) DC. var. <i>Pruriens</i>	ghanhama (cr)	PAPILIONOIDEAE
<i>Mucuna sloanei</i> Fawc. & Rendle	ghanhama (cr); aghanha (fl)	PAPILIONOIDEAE
<i>Neocarya macrophylla</i> (Sabine) Prance ex. F.White	tambacumba (cr); biô (fl)	CHRYSOBALANACEAE
<i>Newbouldia laevis</i> (P.Beauv.) Seem.	manduco-de-futucero (cr)	BIGNONIACEAE
<i>Parinari excelsa</i> Sabine	mampataz (cr);	CHRYSOBALANACEAE
<i>Piliostigma thonningii</i> (Schum. & Thonn.) Milne-Redh.	fara, pata-de-vaca (cr) biodjaligum (fl)	CAESALPINIOIDEAE
<i>Saba senegalensis</i> (A.DC.) Pichon	fole-di-lifanti (cr); egudiva (fl)	APOCYNACEAE
<i>Sarcocephalus latifolius</i> (Smith) Bruce	madronha (cr); bulibudjon (fl)	RUBIACEAE
<i>Scadoxus multiflorus</i> (Martyn) Raf. subsp. <i>multiflorus</i>	etchitchina (fl)	AMARYLLIDACEAE
<i>Sida acuta</i> Burm.f.	iéhom, equitenhalé (fl)	MALVACEAE
<i>Spondia mombin</i> L.	mandiple (cr); efenhi (fl)	ANACARDIACEAE
<i>Strophanthus sarmentosus</i> DC. var. <i>sarmentosus</i>	odjonom (fl)	APOCYNACEAE
<i>Thalia geniculata</i> L.		MARANTACEAE
<i>Trichilia prieuriana</i> A.Juss. subsp. <i>prieuriana</i>	bulone (fl)	MELIACEAE
<i>Uncaria africana</i> G. Don. subsp. <i>africana</i>		RUBIACEAE
<i>Uvaria chamae</i> P.Beauv.	banana-santchu (cr); bucagaga (fl)	ANNOCEAE
<i>Voacanga africana</i> Stapf ex Scott-Elliot	pau-de-borracha (cr); aluálu(fl)	APOCYNACEA
<i>Ximenia americana</i> L.	limon-de-mato, limon-de-santchu	OLACACEAE

	(cr); bulínguis (fl)	
<i>Zantoxilum zantoxiloide</i> (Lam.) Zepern.&Timler	ergundjolé (fl)	RUTACEAE

**Nota:** os nomes vernáculos em crioulo e felupe são abreviados com duas letras: crioulo (**cr**) e felupe (**fl**).